

CARVAJAL, LULA

**E O SEQUESTRO DA
AMÉRICA LATINA**



J O R N A L I S T A
ELISA ROBSON

ELISA ROBSON

CARVAJAL, LULA E O SEQUESTRO DA AMÉRICA LATINA

O ex-chefe da inteligência de Hugo Chávez dá detalhes sobre como foi o financiamento da esquerda internacional

“Enquanto era diretor da inteligência militar e contra-espionagem na Venezuela, recebi um grande número de relatórios indicando que esse financiamento internacional estava ocorrendo. Exemplos específicos: Néstor Kirchner, na Argentina; Evo Morales, na Bolívia; Lula da Silva, no Brasil; Fernando Lugo, no Paraguai; Ollanta Humala, no Peru; Manuel Zelaya, em Honduras; Gustavo Petro, na Colômbia; o Movimento Cinco Estrelas, na

Itália; e o Podemos, na Espanha. Todos eles foram destinatários de dinheiro enviado pelo governo venezuelano”.

HUGO ‘EL POLLO’ CARVAJAL

1. Como cheguei ao *El Pollo*

Era uma tarde comum do início de setembro de 2021 e eu ainda não podia imaginar a trama internacional que estava em curso. Na verdade, eu navegava pela Internet apenas buscando atualização de notícias mundiais, como sempre faço no exercício do jornalismo independente.

Um jornalista independente é alguém livre de influência do governo ou de outras fontes externas, como corporações ou pessoas poderosas. Isso significa que esse profissional não se sente pressionado a moldar ou higienizar suas reportagens, mesmo que possam retratar negativamente entidades de poder.

Esse tipo de jornalismo é um dos princípios mais importantes para a democracia. Pois, do contrário, quando um governo pode controlar quais notícias seus cidadãos consomem, pode controlar também quais informações eles têm quando votam.

Na Venezuela, uma lei de 2010, aprovada pelo falecido presidente Hugo Chávez, estabelece sanções a qualquer conteúdo que "questione a autoridade legitimamente constituída". Hoje, sob pressão estatal, a cobertura está cada vez mais nas mãos dos veículos controlados pelo governo de Nicolás Maduro, que domina totalmente o rádio e a televisão.

"O jornalismo independente é a última fronteira para que o governo tenha controle total dos veículos na Venezuela", declarou recentemente a jornalista Luz Mely Reyes.

Miguel Enrique Otero, diretor do El Nacional, principal jornal independente do país também se pronunciou: "A nós, foram nos tirando o papel, o acesso ao que precisávamos para manter o jornal impresso. Agora, estamos só no digital, mas nossa página só pode ser vista fora da Venezuela. Em nosso país, ela está bloqueada. Nós, então, distribuimos nossas notícias e apurações por meio das redes sociais". Otero está no exterior, pois na Venezuela é alvo de processo por difamação devido a revelações de corrupção sobre Diosdado Cabello, o número dois do chavismo.

Líderes tirânicos, seja no executivo, legislativo ou no judiciário (como é apontada a mais recente experiência brasileira), atacam jornalistas independentes porque esses permitem que fatos sem verniz sejam compartilhados. E isso ajuda o público a usar as informações a fim de decidir sobre questões importantes, como quais políticos ou políticas apoiar ou quais empresas estão agindo de forma ética e, portanto, merecem seus negócios.

Por isso, informações minuciosamente pesquisadas e verdadeiras se tornam cada vez mais importantes. E era exatamente atrás disso que eu estava naquele dia quando percorria diversos sites.

Até que me deparei com a notícia de que o ex-general venezuelano o Hugo “El Pollo” Carvajal havia sido preso em Madri.

Eu não conhecia a fundo esse explosivo personagem venezuelano. Mas, assim que comecei a ler sobre sua história, fui transportada para experiências que jamais fariam parte do cotidiano de uma jornalista local e muito menos da vida real de uma cidadã comum, como eu.

Fiquei realmente impactada com suas denúncias que amarravam os governos da América Latina, Lula e o financiamento ilegal de campanhas no Brasil. A começar pela declaração bombástica: “O governo venezuelano financia ilegalmente movimentos políticos de esquerda no mundo há pelo menos 15 anos... Enquanto eu era diretor de Inteligência Militar e Contrainteligência da Venezuela, recebi muitos relatórios que mostravam que esse financiamento internacional estava acontecendo.”

Entre os exemplos "concretos" de beneficiados pelo esquema de financiamento, estavam o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva; Néstor Kirchner, na Argentina; Evo Morales, na Bolívia; Fernando Lugo, no Paraguai; Ollanta Humala, no Peru; Zelaya, em Honduras; Gustavo Petro, na Colômbia; Movimento Cinco Estrelas, na Itália; e o partido Podemos, na Espanha.

Foi então que decidi puxar o “fio da meada”.

Além de começar a acompanhar todos os passos seguintes de Carvajal, interessei-me por seu passado, suas conexões quando estava na “ativa”. Descobri uma rede impressionante de articulação entre muitas pessoas que faziam parte de histórias sombrias dos bastidores do poder e organizações suspeitas, como o obscuro Foro de São Paulo, por exemplo, fundado por Lula.

E é sobre o enredo que envolve toda a esquerda latina a maior parte deste livro. Mas não só isso.

Depois de meses estudando o caso Carvajal e após mapear o governo brasileiro para saber se havia alguém realmente focado no tema, vi que faltava um movimento interessado que se aprofundasse nessa história. E me propus a fazê-lo.

Decidi viajar a Madri, Espanha, na esperança de que pudesse ter contato direto com Carvajal. Ou, pelo menos, chegar até seus advogados para obter informações não mais por meio de pesquisas pela Internet, mas por fontes diretas.

A viagem iniciou no dia 16 de junho de 2022. Porém, antes de entrar no avião, assim que cheguei ao aeroporto de Brasília, recebi um telefonema importante. Uma advogada brasileira que morava na Espanha me ligou para dizer que tinha obtido o contato com a advogada espanhola que cuidava do caso do Carvajal e estávamos diante de uma possibilidade real de colaboração com a minha reportagem.

Foi um alívio, porque até embarcar, apesar de inúmeros contatos feitos, eu não havia conseguido confirmar o telefone, nem o endereço da defesa. Sequer tinha a comprovação de que a encontraria na capital espanhola.

Depois de horas de voo, cheguei em segurança. O primeiro grande desafio eu havia vencido: decidir deixar marido e filhos em casa e ir atrás daquele que era considerado, pela justiça dos Estados Unidos, o maior narcotraficante da América Latina. Em Madri, tive a companhia de um fotógrafo e uma tradutora.

Nas duas semanas que passei lá, estive pessoalmente com a advogada espanhola, dra. Maria Dolores Arguelles, e a jovem e perspicaz esposa de Carvajal, Angélica Flores.

Angélica foi firme em sua posição: “Carvajal não está fugindo da justiça, está procurando-a”. Ela afirma que o ex-general tem como principal objetivo “acabar com a ditadura de Nicolás Maduro” na Venezuela. Garante que seu marido o conhece muito bem porque o atual governante venezuelano era seu informante no passado.

O ditador, por sua vez, acusa Angélica de ser a líder de um golpe terrorista na Venezuela nas semanas que antecederam as últimas eleições no país. Os relatórios forjados por Maduro indicam que ela, de Madri e com a colaboração de seu marido preso na cidade espanhola de Estremera, teria preparado uma cadeia de atos terroristas para desestabilizar o processo de votação e alterar o resultado.

Claramente, o objetivo da narcoditadura venezuelana é silenciar Carvajal que está colaborando com a Justiça espanhola em relação ao financiamento ilegal dos partidos espanhóis Podemos e PSOE. Os líderes desses partidos mantêm uma estreita e perigosa relação de apoio ao governo de Maduro.

Sobre as acusações dos EUA, Angélica ressalta: “não há até agora provas ou documentos que digam que meu marido cometeu algum crime. Não apontam local ou data (onde teriam sido cometidos esses crimes). São todas suposições. Meu marido confia na justiça espanhola”, explicou e garantiu que toda a família está exilada na Espanha por medo de represálias do regime de Maduro.

Foi Angélica quem nos levou até à prisão de Estremera. Nosso objetivo era falar com o próprio Carvajal.

A prisão de segurança máxima é a mais moderna de Espanha. Também chamada de Centro Penitenciário Madrid VII, fica a 70 quilômetros da capital. Muitos a chamam de “prisão de cinco estrelas” pela qualidade das instalações. A arquitetura prisional tem 1.214 celas e capacidade para 1,5 mil detentos. Custou 100 milhões de euros e a superfície total corresponde a 91.761 metros quadrados. Tem um ginásio, um poliesportivo, piscina, mesas de ping-pong, biblioteca, salas de aula, salas audiovisuais e um salão de eventos.

Cada recluso tem direito a um jogo de lençóis e outro de cobertores, uma bolsa com artigos de higiene pessoal, talheres de plástico para as três refeições diárias e um cartão, onde a família e os amigos dos reclusos podem depositar dinheiro até um máximo de 100 euros. Este dinheiro pode ser gasto nas lojas no interior da prisão, que vendem artigos básicos e são geridas por reclusos que conquistaram uma maior confiança dos guardas prisionais. Os presos de Estremera recebem roupa do estabelecimento, mas podem ter roupa própria e guardá-la nas celas.

Os presos podem se comunicar com familiares selecionados e amigos previamente autorizados através das cabines telefônicas da prisão. Têm 20 minutos para cada chamada – ao fim de semana só podem ligar uma vez, mas têm 40 minutos

– e podem falar com quatro pessoas ao mesmo tempo. No caso de não usufruírem de autorizações regulares, podem receber a visita da família pelo menos uma vez por mês, num encontro que dura entre uma a três horas.

Quando chegamos, tive a permissão de permanecer na sala de entrada, enquanto Angélica e a dra. Maria Dolores puderam acessar o ambiente em que Carvajal se encontrava e falar com ele diretamente. Desta forma, pude fazer a minha entrevista por interlocução.

Entreguei à advogada as seguintes perguntas para serem dirigidas a Carvajal:

1. O que continha nas malas diplomáticas e qual seu propósito?
2. Como funcionava o envio das malas diplomáticas?
3. Quais embaixadas brasileiras estiveram envolvidas nessa operação?
4. Enquanto o senhor esteve na cúpula do poder venezuelano, encontrou-se com algum ministro da suprema corte brasileira?
5. Quando isso aconteceu?
6. Com quem foi?
7. Quanto Lula recebeu de financiamento do chavismo? Em que época isso aconteceu?
8. O senhor teve contato com outros integrantes do PT? Quem?
9. A Petrobras foi utilizada nesse processo? Como?
10. O BNDES e a Itaipu foram usados neste processo? Como?
11. Alguma outra estatal brasileira foi usada nesse processo?
12. O senhor tem interesse em fazer algum acordo de colaboração com o governo brasileiro? Relacionado à extradição para o Brasil ou asilo político, por exemplo?
13. O senhor pode provar suas denúncias com documentos?
14. Como foi estruturado o Foro de São Paulo? E quem o estruturou?
15. Qual a relação entre as Farc com o Foro de São Paulo?

Após duas horas, elas retornaram do interior da prisão e fizemos ali mesmo uma reunião.

Não obtive respostas pontuais naquele momento. Mas a declaração positiva de Carvajal de que todas as perguntas que eu fiz, sem exceção, estavam entrelaçadas com suas denúncias e ele estava disposto a provar essas relações.

O que Carvajal queria (e quer até este momento) é um acordo com o governo brasileiro. Entregaria todas as provas relacionadas à entrevista, se obtivesse a garantia de segurança e liberdade no Brasil para ele e sua família.

Fiz essa ponte junto ao governo brasileiro, bem como a entrega de outras informações, incluindo um dossiê. Contactei o Ministro da Justiça e representante do Ministério da Defesa e expus a condição do ex-general venezuelano, que foi chefe da inteligência e contra-inteligência do seu país por quase uma década. Como resposta, obtive a garantia de que o governo brasileiro daria sequência à investigação após as eleições.

Sigo no aguardo.

Também me foi entregue uma carta escrita de próprio punho por Carvajal. Segue parte do teor do documento:

Espanha, 26 de Junho de 2022

(...)

Acredito que também compartilho opiniões e conhecimentos para o bem da democracia do seu país. Mas de onde estou, me é impossível contribuir com alguma coisa (...).

Por decisão daquele país estou detido na Espanha por uma causa de narcoterrorismo que não tem fundamento, exceto pelo fato de que tive comunicações com as FARC colombiana.

A este respeito, digo-vos que não fiz nada diferente do que foi feito pela inteligência dos EUA no Afeganistão, Reino Unido, Espanha e Líbano (para citar alguns) para recuperar a paz nos casos dos Talibãs, IRA, ETA y Hezbollah, respectivamente.

Hoje, todos esses “terroristas”, incluindo na Colômbia, governam seus países.

(...)

Hugo Carvajal

Nos capítulos seguintes, acompanhe as conexões entre esses líderes e a esquerda brasileira.

2. A história de “El Pollo” Carvajal

Quem é “El Pollo” Carvajal? É preciso viajar no tempo e no espaço, até a Venezuela provinciana da década de 1960.

* * *

Localizado na região norte da Venezuela, o estado de Monagas tem um território predominantemente plano. Por isso, desde os primórdios do século XVI, os espanhóis escolheram a região para estabelecer as bases econômicas da nova colônia – a agricultura e a pecuária.

Foi nesse ambiente rural que nosso personagem nasceu, em 1º de abril de 1960. Neto de Epifanio Peck, um importante proprietário de terras e pecuarista de Monagas, ***Hugo Armando Carvajal Barrios*** veio ao mundo em Anzoátegui, estado vizinho a Monagas – naquela época, o deslocamento, em busca de melhores condições para o gado, era bastante comum. Era o segundo filho de José Carvajal e Celenia Barrios, e passou a infância na aldeia de Viento Fresco, uma comunidade de prósperos fazendeiros. Aquele que o mundo viria a conhecer como *El Pollo* (o “Frango”) estudou numa escola primária local e ali permaneceu até entrar para o Colégio Militar José Antonio Anzoátegui, na cidade de Puerto Píritu (ao norte de Anzoátegui), onde concluiu o equivalente ao nosso ensino médio.

A primeira virada numa história que tinha tudo para ser trivial aconteceu quando o adolescente Hugo Armando ingressou na Academia Militar da Venezuela (atual Universidade Militar Bolivariana da Venezuela). Ali, ele conheceria seu futuro mentor, o ambicioso Hugo Chávez – mas que na época era ainda um simples oficial do Exército, seu instrutor. Carvajal se formou em Ciências e Artes Militares, com a patente de segundo-tenente. E, aos poucos, a relação com o seu pupilo extrapolou os limites do ambiente militar: Hugo Chávez e *El Pollo* estabeleceram uma forte amizade fora dos círculos militares. E uma aliança que marcou a história da América Latina.

Em 4 de fevereiro de 1992, já integrando o círculo de melhores amigos de Chávez, e já apelidado por seu mentor como *El Pollo*, Carvajal ingressou na política pela porta lateral e clandestina dos golpes de Estado: participou ativamente da malsucedida tentativa de golpe contra o governo do presidente Carlos Andrés Pérez. Mas foi detido pelas autoridades fiéis a Pérez no Quartel de San Carlos, em Caracas, junto com outros rebeldes e – para sua honra e glória – seu líder e mentor Hugo Chávez. Só foram libertados dois anos depois, em 1994, graças a uma anistia geral concedida pelo presidente Rafael Caldera.

A ascensão de um Hugo Chávez cada vez mais populista e demagógico, na segunda metade dos anos 1990, delineou também o horizonte e a vocação de Carvajal: um papel importante nos bastidores da política, como oficial obediente e fiel, a *eminência parda condecorada*.

Em 1999, *El Pollo* comandou o Batalhão de Armas “Capitão Manuel Toro”, um dos mais importantes do país, no estado de Aragua. No ano seguinte, já como coronel, assumiu a Direção Geral Setorial de Inteligência Militar (DGSIM), no posto de Diretor de Investigações, em que permaneceu por três anos.

A essa altura Hugo Chávez, já então líder poderoso do movimento bolivariano na Venezuela, demonstrava ter muita confiança no *camarada* que o seguia fielmente desde os tempos da Academia Militar. Por conta dessa lealdade, Carvajal não parou de galgar postos cada vez mais altos na esfera militar durante o governo chavista. Em 2004, assumiu o posto de brigadeiro-general, junto com a direção da DGSIM. Permaneceu no cargo até 2012, quando se aposentou como major-general.

(Na verdade, a aposentadoria estava prevista para 5 de julho de 2011, mas, a pedido do próprio presidente, seus serviços foram requisitados por mais algum tempo.)

Mas ainda estamos em 2005. Começava então uma nova carreira de “bons serviços” ao país – melhor dizendo, ao *chavismo*. Em agosto desse ano, quando Chávez resolveu expulsar da Venezuela o Departamento Anti-Narcóticos dos Estados Unidos (DEA), coube a Carvajal ser o arquiteto e executor da ordem. *El Pollo* engendrou a seguinte peça acusatória: além de “não ser essencial”, o DEA estaria fazendo espionagem para os EUA e... apoiando o narcotráfico!

Como diretor da DGSIM, Hugo Carvajal fez profundas modificações na instituição, transformando-a numa agência de inteligência militar que se equiparasse às mais modernas do mundo. Sua principal alegação era a de que os esquemas teóricos e estratégicos que regulamentavam os serviços estavam ultrapassados: formulados na década de 1960 sob influência dos Estados Unidos, baseavam-se nas premissas de um tipo de guerra totalmente “arcaico”.

Com o fim de seu primeiro mandato como diretor, em 2011, as reformas que Carvajal implementou no serviço de inteligência militar foram incorporadas à nova estrutura do Ministério da Defesa. Estabelecendo novas tarefas para a instituição e redefinindo sua função principal de inteligência para contra-inteligência, a DGSIM reformada ganhou o novo nome de Direção Geral de Contra-inteligência Militar – DGCIM. Os princípios em que sua gestão se baseou foram a adesão oficial irrestrita à legalidade, à defesa da soberania nacional, à ética

profissional, à responsabilidade no tratamento da informação e sua veracidade. Mas “palavras são apenas palavras”, como o tempo trataria de demonstrar.

Depois de aposentado no Exército, *El Pollo* começou uma carreira política que se anunciava promissora, sendo nomeado vice-ministro do Sistema Integrado de Investigação Criminal. Ironicamente, foi no exercício do cargo que ele criou e dirigiu o Escritório Nacional Contra a Delinquência Organizada e o Financiamento ao Terrorismo. Permaneceu nos dois postos até 2013, quando Nicolás Maduro, sucessor de Chávez, incumbiu-o de dirigir novamente a DGSCIM durante um breve período.

Tudo isso sugere uma trajetória vertiginosa de sucessos. À medida que subia na carreira política, ignorando os riscos e princípios legais ou morais, Hugo Carvajal ia construindo também sua queda. E ela não demorou muito.

Em 2008, o ***Office of Foreign Assets Control dos Estados Unidos*** (Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros, sigla OFAC) incluiu Carvajal na chamada *Lista Clinton* (*Specially Designated Narcotics Traffickers* ou SDNT List), uma espécie de lista negra das empresas e pessoas ligadas ao narcotráfico no mundo, criada em 1995 pelo então presidente Bill Clinton. *El Pollo* foi acusado de impedir as autoridades antidrogas venezuelanas de interceptar carregamentos de drogas da narcoguerrilha colombiana (as FARC) e de ter fornecido armas e documentos de identidade a vários de seus membros.

Já não se tratava de suspeita ou de simples acusação. Em 2007, num computador apreendido pelo exército colombiano com guerrilheiros das FARC, as autoridades colombianas tinham encontrado documentos em que o nome aparecia pela primeira vez de maneira explícita. (Na mesma ocasião, encontraram também nomes de integrantes da cúpula do Partido dos Trabalhadores, que estava no poder no Brasil, com Luiz Inácio Lula da Silva.)

Carvajal negou as acusações – mas fatos são fatos, e sempre acabam vindo à tona: no ano seguinte, novos computadores apreendidos revelaram uma série de *e-mails* em que *El Pollo* citava nominalmente vários integrantes do PT. Falando pelo partido, seu vice-presidente Marco Aurélio García se apressou em classificar todo o episódio como fantasia, “sem qualquer fundamento de verdade”.

As evidências foram se acumulando, e em pouco tempo os Estados Unidos incluíram Carvajal entre os “funcionários do governo venezuelano” mais procurados por: tráfico de drogas, terrorismo, violação de direitos humanos, crimes contra a humanidade, conspiração para cometer crimes e tráfico de influência.

Logo seriam duas acusações judiciais acumuladas nos EUA:

- . Em 2011, Carvajal foi acusado no Tribunal Distrital Sul de Nova York de participar (em abril de 2006) de uma conspiração para importar cocaína para os Estados Unidos, incluindo um carregamento de 5,6 toneladas de cocaína transportadas da Venezuela para o México;
- . Em 16 de maio de 2013, no Tribunal do Distrito Sul da Flórida, *El Pollo* foi apontado como cúmplice de cartéis de drogas colombianos, especialmente Wilber

Varela, cognominado *Jabón* (Sabão, em espanhol”), a quem teria oferecido proteção e outros *favores*.

Em janeiro de 2014, Nicolás Maduro nomeou Carvajal para cônsul na ilha de Aruba, mas a Holanda não o aceitou oficialmente – e ele acabou sendo preso "a pedido do Departamento de Estado" no Aeroporto Internacional Reina Beatrix de Aruba, em 24 de julho. Era o primeiro indício de que ele já tinha se tornado uma bomba-relógio para a Venezuela.

Maduro protestou contra a prisão de Carvajal, argumentando que se tratava de um diplomata, com imunidade, e enviou uma equipe especial a Aruba para o libertar. Como protesto formal, a Venezuela fechou durante várias horas seu espaço aéreo para aviões vindos de Aruba e Curaçao, deixando centenas de passageiros retidos. Maduro também ameaçou desacelerar os negócios na refinaria de petróleo Isla, em Curaçao.

Carvajal ficou preso por quatro dias. Em 28 de julho, as autoridades de Aruba reconheceram sua patente, mas o expulsaram da ilha, declarando-o *persona non grata*. Carvajal voltou à Venezuela num avião particular. Um final frustrante para Maduro, e *em mais de um sentido*. Numa aparição pública, ele admitiu: "Tínhamos um plano para aumentar a tensão na América Latina". Confirmando a declaração, o promotor americano Peter Blanken afirmou que vários navios da Marinha venezuelana foram vistos próximos ao arquipélago holandês de Aruba. Como mais de um autor já definiu, a guerra é a continuação da política por outros meios...

O episódio abriu caminho para a saída de Carvajal da carreira militar e para sua entrada na política, mais especificamente, no projeto bolivariano em curso na Venezuela. Em maio de 2015, ele se candidatou a uma vaga de deputado Assembleia Nacional, indicado pelas bases do Partido Socialista Unido da *Venezuela* – PSUV, do Estado de Monagas. Acertou logo na primeira tentativa: em 6 de dezembro, o povo o elegeu como representante monaguense na Assembleia Nacional.

A partir da plataforma parlamentar, *El Pollo* procurou dar sua contribuição para a guerra bolivariana por meios políticos: empenhou-se em manter vivo o “legado do presidente Hugo Chávez” – um projeto em que *supostamente* a vontade e as necessidades do povo estavam em primeiro lugar.

Ênfase no *supostamente*, é claro: no começo de 2016, Carvajal fundou o Gabinete Parlamentar de Monagas, um espaço para promover o contato direto com o povo que o elegeu. E assim, em pouco mais de um ano de atividade parlamentar, capitalizou elogios dos monaguenses, praticando o velho assistencialismo socialista, distribuindo migalhas sob as luzes dos holofotes da imprensa.

No fim das contas, o governo bolivariano estava tão impregnado de convicções e práticas criminosas que o próprio OFAC norte-americano designou Hugo Carvajal como o protetor dos carregamentos de cocaína que os narcoguerrilheiros das FARC introduziam no território

venezuelano e, ao mesmo tempo (direta ou disfarçadamente), facilitou o fornecimento de armas ao grupo insurgente. A corrupção já minava por dentro a máquina do Estado.

Para fins públicos e oficiais, *El Pollo* vendia a imagem de socialista empenhado em combater “a injustiça e a desigualdade” – enquanto nos bastidores permitiu que a narcoguerrilha das FARC instalasse suas bases em áreas despovoadas do estado de Apure, fornecendo aos guerrilheiros a documentação que os credenciava como funcionários do governo. Com isso, eles podiam entrar e sair da Venezuela com facilidade. Carvajal nega que tal prática tenha acontecido.

Um documento conhecido como *Indicação*, importante peça acusatória no processo contra Hugo Carvajal, afirma que ele integrou (e por vezes chefiou) o grupo de altos funcionários venezuelanos responsável pela livre atuação dos narcotraficantes colombianos, garantido-lhes inclusive amparo judicial. Em breve síntese: uma espécie de poder pleno e irrestrito.

Na trajetória de Carvajal, 21 de fevereiro de 2019 ficará marcado como o dia em que a eminência parda de Hugo Chávez retirou oficialmente o seu apoio a Maduro. Em entrevista ao jornal americano *The New York Times*, *El Pollo* exortou seus antigos camaradas de armas a denunciarem Nicolás Maduro por crimes contra a humanidade:

“Você, [Maduro], assassinou centenas de jovens nas ruas por reivindicar os direitos que você roubou deles. Isso sem contar todos os que morreram por falta de remédios e segurança”.

Carvajal também acusou muitos altos funcionários venezuelanos, que até então tinham sido seus aliados. E, depois de anunciar publicamente que estava renunciando ao cargo de deputado, deixou o país, fugindo de barco para a República Dominicana (país que recebeu US\$ 1,2 bilhão em empréstimos do BNDES no governo do PT) e de lá seguindo rumo à Europa, com identidade falsa.

Na verdade, os bastidores contam outra história. *El Pollo* vinha apostando todas as fichas num candidato que parecia crescer na política local, correndo por fora: Juan Guaidó, opositor de Maduro. Confiando numa possível vitória desse novo líder, Carvajal partiu para uma rodada de fogo, no dramático estilo “tudo ou nada”. Resultado: ficou apenas com a acusação de “grave traição à pátria”.

A partir desse ponto, tudo aconteceu de forma bem mais rápida. Em 18 de março, Carvajal entrou na Espanha com a identidade falsa de José Mourinho. Em 12 de abril de 2019, foi preso em Madri. E, antes que a Venezuela se manifestasse, os Estados Unidos entraram com um pedido de extradição, com base na acusação de que ele tinha usado seu cargo de diretor de inteligência militar para beneficiar o narcotráfico e o crime organizado. Em setembro do mesmo ano, o Tribunal Superior Nacional rejeitou o pedido de extradição, mais tarde revogado por um recurso que a acusação aplicou.

Depois de usufruir de alguns meses de liberdade condicional, *El Pollo* conseguiu driblar a justiça espanhola e fugir, quando percebeu que a Justiça espanhola estava prestes a aprovar sua extradição para os Estados Unidos – como de fato aprovou, em 8 de novembro.

Sua fuga gerou um contratempo diplomático entre a Espanha e os Estados Unidos: afinal, os dois países tinham interesse no que Carvajal tinha a dizer. A Venezuela também. Mas preferia claramente *que ele não falasse*.

Trocando em miúdos, Hugo *El Pollo* Carvajal viveu longos meses na clandestinidade, com a cabeça a prêmio. No caso dos Estados Unidos, era literalmente – em junho de 2020, o governo americano ofereceu 10 milhões de dólares para quem tivesse informações sobre seu paradeiro. Por fim, depois de quase dois anos de fuga e de clandestinidade, a Polícia Nacional da Espanha anunciou sua prisão em 9 de setembro de 2021, às 21h15min, num apartamento em Madri, num terceiro andar de um prédio na rua Torrelaguna – curiosamente, próximo a um complexo policial. Segundo o auto de prisão, os agentes precisaram arrombar a porta, pois estava blindada. Encontraram Carvajal escondido no último quarto da residência, com uma faca na mão, numa tentativa desesperada de evitar a prisão.

Acusado novamente de *traidor* (dessa vez também por seus compatriotas, entre eles um ex-aliado, o deputado Diosdado Cabello, número dois do chavismo hoje), Carvajal quebrou o silêncio para se defender:

“Você só trai quando quebra compromissos. Meu compromisso sempre foi com o povo venezuelano. Esse compromisso me uniu a Chávez e me separou, primeiro de Maduro, e de você depois. Fiz tudo às claras, mostrando meu rosto, assumindo minha posição e as suas consequências”.

Fazendo menção às informações privilegiadas que tinha acumulado durante seu período como peça-chave no projeto de expansão do governo bolivariano, anunciou que atearia fogo em Madri:

“Se eu cair, não cairei sozinho. Vários países cairão. Com a gasolina que há na Espanha, se eu for extraditado, jogarei um fósforo do avião para que tudo queime”.

Todos os envolvidos entenderam o recado (quase explícito) daquela metáfora incendiária. Hugo *El Pollo* Carvajal estava avisando que iria falar.

3. Toda delação será premiada?

“Dar nome aos bois”... “*Entregar o ouro*”... “Dar um beijo de Judas”... “Bater com a língua nos dentes”. Ou, mais simplesmente: “Apontar o dedo”. Seja em termos mais solenes ou simples e coloquiais, a delação remonta aos tempos imemoriais do homem – e, ao menos simbolicamente, Adão fica sendo o primeiro homem a denunciar um terceiro (no caso, sua mulher Eva) como artifício para se livrar de uma acusação.

Hugo *El Pollo* Carvajal foi mais um, nessa longa trajetória. Ao ser preso em Madri, ele era o fugitivo mais procurado pelo governo dos Estados Unidos acusado de contrabando de armas e tráfico de drogas. Para salvar a própria pele (ou ao menos uma parte dela), passou da defesa ao ataque e anunciou que estava disposto a colaborar. E foi assim que a eminência parda do regime chavista saiu dos bastidores e roubou a cena.

Carvajal sempre foi considerado um homem muito habilidoso – não apenas pelos inimigos, mas sobretudo pelos que o cercavam. Sabia esperar em silêncio a hora certa para dar o próximo passo. Paralelamente aos milhões de dólares que manipulava, acumulou outro tesouro inestimável: uma verdadeira “fortuna” em informações privilegiadas – e uma poderosa rede de informantes ligados a governos, empresas e organizações que se beneficiavam com o crime organizado. Preso em Madri e na iminência de ser extraditado para os Estados Unidos, concluiu que tinha chegado a hora de usar todo esse patrimônio a seu favor.

Em 19 de outubro de 2021, perante a justiça espanhola, Hugo Carvajal declarou que, por mais de 15 anos, o regime bolivariano de Chávez (com os fartos recursos da estatal petroleira venezuelana PDVSA) tinha financiado vários políticos e movimentos de esquerda em todo o mundo:

“Enquanto era diretor da inteligência militar e contra-espionagem na Venezuela, recebi um grande número de relatórios indicando que esse financiamento internacional estava ocorrendo. Exemplos específicos são: Néstor Kirchner, na Argentina; Evo Morales, na Bolívia; Lula da Silva, no Brasil; Fernando Lugo, no Paraguai; Ollanta Humala, no Peru; Manuel Zelaya, em Honduras; Gustavo Petro, na Colômbia; o Movimento Cinco Estrelas, na Itália; e o Podemos, na Espanha. Todos eles foram relatados como destinatários de dinheiro enviado pelo governo venezuelano”.

Numa carta de sete páginas divulgada pela mídia com a devida autorização judicial, Carvajal fala da relação dos governos sul-americanos com o crime organizado. O ex-discípulo de Hugo Chávez parece mesmo disposto a pôr fim na sua vida de fora da lei; o crime, como diz o senso comum, não compensa – mas a delação pode ser premiada. Talvez porque, à medida que foi envelhecendo, aparentemente *El Pollo* passou a ter mais consciência do óbvio: uma vida tranquila é um sonho que nem sempre se realiza – nem na esfera do poder, nem no mundo do crime.

Carvajal afirmou que pretende colaborar com as autoridades e divulgar informações sigilosas, pois não deseja mais viver como exilado. E, para que não pensem que esteja blefando, *disse claramente* à imprensa que tem todos os meios necessários para provar suas denúncias. “Decidi testemunhar para ajudar meu país. Acreditem, posso provar tudo o que denunciei”, disse ele. De acordo com o ex-diretor de inteligência do governo de Hugo Chávez, “tanto o Brasil quanto a Colômbia são prioridades do governo venezuelano”.

(Até o momento do fechamento deste livro, *El Pollo* aguarda decisão da Espanha sobre sua extradição para os Estados Unidos. Se ela for confirmada, ele irá responder por tráfico de

drogas e lavagem de dinheiro em solo norte-americano, podendo pegar prisão perpétua.)

Em nota, a assessoria de Lula negou que ele tenha recebido dinheiro da Venezuela:

“O ex-presidente Lula teve todos os seus sigilos quebrados e analisados ao longo de anos e nenhuma irregularidade ou valor ilegal foi encontrado em suas contas.”

El Pollo é considerado, e com toda a razão, “peça-chave” e “arquivo vivo” que pode colocar em xeque governos poderosos e figuras políticas importantes. Afinal, ele detém muita informação sobre o *modus operandi* do regime bolivariano, cujo objetivo é expandir para o resto dos países da América do Sul ou mesmo para a Europa. Ligado visceralmente aos serviços de inteligência de muitos países, esteve envolvido até o pescoço com assuntos ligados ao narcotráfico e ao terrorismo.

Suas revelações têm demonstrado isso fartamente: Carvajal era a peça que faltava para se entender plenamente a extensão e o *modus operandi* do vasto esquema de financiamento da esquerda internacional. Partindo da Venezuela, a expansão do bolivarianismo chegou a praticamente todos os países da América do Sul. Os governos, entidades políticas e organizações privadas da Venezuela, Colômbia, Argentina, Peru, Chile, Bolívia, Paraguai, Itália, Colômbia e, claro, do Brasil foram envolvidos nessa rede do crime organizado.

As denúncias de *El Pollo* colocam perguntas, como: quais os compromissos assumidos explícita ou implicitamente por cada um desses países poderiam representar uma contrapartida vantajosa?

No caso brasileiro, ao que tudo indica, foram vários. Só para citar alguns, em forma de “investimentos a fundo perdido”, através do BNDES:

- Investimento de US\$ 732 milhões no metrô de Caracas, na Venezuela;
- Financiamento de US\$ 682 milhões para o Porto de Mariel em Cuba;
- Construção da Hidrelétrica de San Francisco, no Equador, num montante de US\$ de 243 milhões;
- Financiamento de US\$ 320 milhões para a hidrelétrica de Chaglla, no Peru;
- E nada menos do que US\$ 1 bilhão para o metrô do Panamá.

Mas um fator importantíssimo nessa rede de delações e denúncias é que elas ajudaram a trazer à luz a existência da maior organização criminosa da história do continente latino-americano, unindo política e narcotráfico: o *Foro de São Paulo*.

4. Foro de São Paulo X Foro de Madri

Mesmo quem não estudou Jornalismo ou Comunicação já ouviu falar em Marshall McLuhan (1911-1980), o escritor canadense que foi moda na década de 1970, com seus estudos sobre o papel central dos meios de comunicação na vida das pessoas. “*O meio é a mensagem*”, sua frase mais conhecida, tornou-se um clichê, de tanto que foi repetida – e o autor acabou

caindo no esquecimento. Mas não há dúvida: McLuhan nos legou observações que parecem ter sido escritas nos dias que correm. Uma delas diz:

“Só os pequenos segredos precisam ser resguardados. Os grandes são resguardados pela incredulidade pública”.

Durante muitos anos, a existência e as atividades de uma entidade como o *Foro de São Paulo* estiveram protegidas pelo silêncio da mídia e pelo espanto incrédulo das pessoas. Afinal, era algo tão terrível que parecia mais confortável apostar que não passava de uma fantasia paranóica, ou (como virou moda dizer) uma “teoria da conspiração”.

Infelizmente, o Foro de São Paulo não se enquadra em nenhuma variante de ficção, fantasia ou paranoia. Trata-se de uma organização bastante sofisticada, que conquistou amplo apoio entre políticos, empresários e de vários setores da mídia. E, como todas as coisas que efetivamente existem, teve início com data e local bem determinados.

Fundado em julho de 1990, o Foro de São foi concebido algum tempo antes (janeiro de 1989), durante uma reunião de cúpula entre o Partido Comunista de Cuba e o PT do Brasil. Na ocasião, ficou estabelecido: se o eterno ex-metalúrgico *Lula* não ganhasse as eleições em novembro daquele ano, era urgente que se criasse uma organização para coordenar toda a esquerda continental e a liderança do processo caberia a ele. A figura de Fernando Collor de Mello (fabricada às pressas em meados de 1989) ainda não tinha surgido, e havia o receio de uma reviravolta em favor de Brizola, não confiável para o projeto.

Uma frase popular, já bastante conhecida, sugere que “um dos maiores trunfos do Diabo é ter convencido o mundo moderno *de que ele não existe*”. O comunismo, um projeto literalmente diabólico, tem feito algo parecido: desde pelo menos a queda do Muro de Berlim e o fim da União Soviética, ele aposta suas fichas em falsas sugestões como “tudo isso já pertence à História”, “direita e esquerda não existem mais” – e “tanto a minúscula Cuba quanto a gigantesca China não são exatamente *comunistas*”.

Porém, o comunismo está longe de poder ser *conjugado no passado*! A própria criação do Foro de São Paulo é uma demonstração concreta disso.

Aliás, a proposta oficial da entidade nem se preocupou em esconder seu objetivo. Segundo os próprios criadores do Foro, Lula e Fidel Castro,

“o principal objetivo da organização é unir todos os partidos de esquerda da América Latina e, desse modo, recriar no continente o que havia sido perdido no Leste Europeu: os governos socialistas.” (Trocando em miúdos, o que eles querem é arrumar um substituto para o vazio de poder deixado pela queda da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, nos anos 1990.)

Ao longo de sua existência, o Foro de São Paulo já conseguiu desestabilizar governos, fraudar eleições e tomar o poder. Basta mencionar que nada menos do que 15 (*quinze*) membros da organização foram eleitos presidentes de países latino-americanos.

Para conseguir tamanho avanço político, o Foro contou com o suporte de uma ferramenta estratégica de mais longo prazo: a ideia da chamada *Revolução Gramsciana*, ou “revolução pacífica”, concebida pelo político italiano (socialista, é claro) chamado *Antonio Gramsci* (1891-1937). Devemos às suas ideias grande parte das mudanças de comportamento que aos poucos – *devagar e sempre*, como se diz – foram ganhando terreno no Ocidente. Em particular, na América Latina.

Com o fracasso do bloco soviético europeu e a derrota da luta armada, ideias como a “destruição dos meios de produção do patrão”, as arruaças, as greves e outras iniciativas mais violentas foram perdendo força no “imaginário popular”. Mas, como era preciso fazer alguma coisa, e (dizem também por aí) o “Diabo nunca dorme”, a esquerda tirou da cartola a proposta de ir introduzindo mudanças culturais gradativas, através de todos os meios disponíveis: a televisão, o rádio, o jornal, as escolas, as igrejas...

Aos poucos, e de maneira pouco perceptível, os meios de comunicação, as escolas e até segmentos religiosos (os mais “progressistas”) começaram a difundir críticas não apenas ao Governo, mas à organização da sociedade e sua estrutura tradicional de valores: Família, Pátria, Propriedade. Uma após outra, entraram em cena ideias como: revolução sexual, movimento *hippie*, liberação das drogas, ideologia de gênero...

A artimanha demorou a ser percebida pela maioria (e, ainda hoje, esta maioria ainda não é tão grande assim). A frase de McLuhan, citada no início do capítulo, talvez ainda seja a melhor explicação. Afinal, os grandes segredos e conspirações, por serem grandes e extrapolem a compreensão do homem comum, contam sempre com a incredulidade pública para os proteger.

No Brasil, os primeiros que romperam a barreira de silêncio em torno do Foro de São Paulo e de Antonio Gramsci foram o advogado paulista José Carlos Graça Wagner (falecido em 2016) e o filósofo e professor Olavo de Carvalho (1947-2022), que se empenharam em denunciar e alertar a mídia e a população. Atualmente, boa parte dos fatos já são conhecidos por muita gente. Mas, se olharmos o mapa da América Latina, dá para ver que um grande estrago já foi feito: a maioria dos países latino-americanos hoje é governada por regimes comunistas – que estão vivos e “passam muito bem, obrigado!”.

Em diversos momentos, Lula já expressou sua gratidão pelo sucesso do projeto de tomada do poder pelo Foro:

“Em 1990, quando criamos o Foro de São Paulo, nenhum de nós imaginava que em apenas duas décadas chegaríamos onde chegamos. Naquela época, a esquerda só estava no poder em Cuba. Hoje, governamos um grande número de países e, mesmo onde ainda somos oposição, os partidos do Foro têm uma influência crescente na vida política e social. Os governos progressistas estão mudando a face da América Latina (...) Em tudo que fizemos até agora, que foi muito, o Foro e os partidos do Foro tiveram um grande papel que poderá ser ainda mais importante se soubermos manter a nossa principal característica: unidade na diversidade”.

Infelizmente, nem todo este alarde foi suficiente para evitar Hugo Chávez, Hugo Carvajal e Nicolás Maduro, e a consequente destruição da Venezuela; a subida do bispo conquistador (inclusive de mulheres) Fernando Lugo, no Paraguai; Evo Morales, na Bolívia; nem, em junho de 2022, a vitória de Gustavo Petro na Colômbia. O Brasil conseguiu, surpreendentemente, reverter o quadro, com o governo de Jair Bolsonaro. Mas que ninguém se engane: *eles* estão se articulando para voltar.

* * *

Façamos uma pausa para respirar. Para encher nosso peito de ar, mas também de esperança. Como cristã que sou, falando para leitores essencialmente cristãos, sei que é preciso – sei que é possível – acreditar em Nosso Senhor Jesus Cristo e em Sua promessa:

“As Portas do Inferno Não Prevalecerão!”

*Mas sei que é preciso amparar nossa Esperança em fatos. Por isso, é em fatos recentes que me apoio. **Estou falando do Foro de Madri.***

* * *

Foro de Madri. Trata-se de uma ideia ainda embrionária, mas com todos os elementos e nutrientes para vingar, crescer e prosperar.

No dia 26 de outubro de 2020, na capital espanhola, mais de 50 personalidades e intelectuais ligados ao mundo da política, da cultura e da sociedade civil assinaram a *Carta de Madri*, oficializando o lançamento do Foro de Madri, uma coligação internacional em defesa dos mesmos valores, ideias e preocupações.

A assinatura coletiva do documento foi promovida por Santiago Abascal, líder da Vox, partido de direita espanhol. E, como o próprio nome sugere, a iniciativa é uma resposta direta e uma reação ao Foro de São Paulo, momentaneamente vitorioso na América Latina. É, em todos os sentidos, uma proposta de antídoto e força de oposição. Antes de tudo, não atua nas sombras para promover as suas ideias. Pelo contrário: *celebra publicamente a união de representantes de todos os setores da sociedade, com o objetivo explícito de lutar contra o comunismo.*

Na verdade, a ideia de criar a organização já tinha sido apresentada a alguns possíveis membros nos Estados Unidos, no início de 2020, e previa o primeiro encontro presencial

entre os integrantes para junho daquele ano. A pandemia, no entanto, esfriou o calendário – mas não o ânimo e a determinação.

O deputado federal brasileiro Eduardo Bolsonaro, presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara (CREDN), é o nosso representante no novo Foro. Em pauta, como ponto central de denúncia, está o avanço criminoso e altamente nocivo da extrema-esquerda nos dois lados do Atlântico. Nas palavras do próprio Eduardo Bolsonaro:

“Ao contrário do Foro de São Paulo, [o Foro de Madri] não utilizará recursos públicos de nenhum país envolvido e muito menos atentará contra a soberania de qualquer um deles, visando apenas difundir os valores de liberdade em seus países”.

Também assinaram o documento María Corina Machado, opositora venezuelana; Antonio Ledezma, ex-prefeito de Caracas; Zoe Valdés, escritora cubana; Vox Hermann Tertsch, deputado espanhol; Giorgia Meloni, líder da Fratelli d'Italia; José Antonio Kast, presidente do Partido Republicano do Chile; Arturo Murillo, ministro do governo bolivariano; e Roger Noriega, ex-embaixador dos Estados Unidos na Organização dos Estados Americanos (OEA), entre outros.

Os integrantes do Foro de Madri são unânicos em declarar que:

- *“O avanço do comunismo representa uma ameaça à prosperidade e ao desenvolvimento de nossas nações, bem como às liberdades e direitos de nossos compatriotas”.*
- *“O Estado de Direito, a separação de poderes, a liberdade de expressão e a propriedade privada são elementos essenciais que garantem o bom funcionamento de nossas sociedades, e por isso devem ser especialmente protegidos contra aqueles que tentam miná-los”.*
- *“A defesa das nossas liberdades é uma tarefa que pertence não só à esfera política, mas também às instituições, à sociedade civil, aos meios de comunicação, à academia, etc.”.*

Vivemos tempos difíceis. Este livro fala de realidades terríveis, marcadas por injustiças, delitos e sofrimentos. Mais do que antes, precisamos estar *atentos e fortes*.

CARTA DE MADRI

Em defesa da liberdade e da democracia na Iberosfera

Mais de 700 milhões de pessoas compõem a Iberosfera, uma comunidade de nações livres e soberanas que compartilham uma arraigada herança cultural e contam com um grande

potencial econômico e geopolítico para o futuro.

A Iberosfera tem todas as condições necessárias para ser uma região com liberdade, prosperidade e igualdade perante a lei. Seus povos não estão condenados por nenhum determinismo histórico.

No entanto, uma parte da região da Iberosfera foi tomada de assalto por regimes totalitários de inspiração comunista, apoiados pelo narcotráfico e outros países. Esses regimes, sob a influência direta de Havana, do Foro de São Paulo e do Grupo de Puebla, infiltram-se nos centros de poder na América Latina com o único objetivo de impor a sua agenda ideológica.

Essa ameaça não se limita somente aos países que estão sob o jugo totalitário. O projeto ideológico e criminoso que está destruindo as liberdades e os direitos dessas nações tem como objetivo alcançar também outros países e continentes com a finalidade de desestabilizar as democracias liberais e o Estado de Direito.

Através desta Carta de Madri, documento apoiado por diferentes líderes políticos e sociais com visões distintas e até mesmo divergentes, queremos afirmar que:

O avanço do comunismo significa uma séria ameaça à prosperidade e ao desenvolvimento de nossas nações, assim como para a liberdade e os direitos de nossos compatriotas;

O Estado de Direito, o império da Lei, a separação dos poderes, a liberdade de expressão e a propriedade privada são elementos essenciais que garantem o bom funcionamento das nossas sociedades, por isso devem ser protegidos contra aqueles que tentam destruí-los;

A defesa de nossas liberdades é um dever que compete não somente ao âmbito político, mas também às instituições, à sociedade civil, aos meios de comunicação, às universidades etc.;

O futuro dos países que compõem a Iberosfera deve estar baseado no respeito à democracia, aos direitos humanos, ao pluralismo, à dignidade humana e à justiça, pelo que os signatários desta carta expressam seu compromisso em trabalhar conjuntamente na defesa destes valores e princípios.

5. O mercador brasileiro da “pequena Veneza”

Em sua primeira viagem ao Novo Mundo, na frota do espanhol Alonso de Hojeda (que vinha conhecer melhor as terras já descobertas por Colombo), o explorador Américo Vespúcio se encantou com as casas que os nativos construíram sobre palafitas, dentro do lago Maracaíbo. Achando o cenário muito parecido com a cidade de Veneza, em seu país natal, passou a chamar as novas terras de *Venezuela* – a “pequena Veneza”. O nome pegou.

Passados vários séculos, a simplicidade e o exotismo das construções antigas deram lugar a casebres insalubres e miseráveis que resumem a grave crise econômica, política e social que o país de Nicolás Maduro atravessa. Também não se encontrará ali nada que faça lembrar os mercadores de Veneza, como o honrado Bassanio, nem patrocinadores como Antonio, da conhecida comédia trágica *O Mercador de Veneza*, de William Shakespeare.

Na Venezuela bolivariana de agora, os negociantes e patrocinadores são outros – e as moedas de troca também. Nas relações com o Brasil, a realidade nos diz que, por trás das grandes obras financiadas pelos governos petistas mediante vultosos empréstimos do BNDES, um fantasma bem mais perigoso sobrevoa a região: uma rede de conexões visando estender por toda a América Latina *a miséria e devastação do comunismo bolivariano*. E, em vez de um vilão como o Shylock shakespeariano, temos malfeitores como Luiz Inácio Lula da Silva, José Dirceu e o marqueteiro João Santana.

O país de Chávez e Maduro representa um dos principais destinos dos empréstimos do BNDES no exterior: de 2001 até o primeiro semestre de 2019, já tinha recebido US\$ 1,507 bilhão do total de US\$ 2,970 bilhões contratados inicialmente. A tragédia econômico-política que desabou sobre a Venezuela embolou as contas – e atualmente o país de Nicolás Maduro é o caso mais grave de inadimplência dentre os países endividados com o BNDES. (Veja *QUADRO 1*)

Traduzida em números, a tragédia já é monumental – mas as manobras de bastidores tornam tudo ainda mais monstruoso.

Desde o primeiro mandato, o então presidente Lula era presença assídua na capital venezuelana, fortalecendo laços diplomáticos, comerciais e principalmente políticos entre os dois países. Um marco decisivo nessa ligação foi o encontro com representantes de 38 empresas brasileiras e cerca de 50 venezuelanas, promovido em fevereiro de 2005, no Palácio Miraflores. Na ocasião, o presidente brasileiro anunciou que o setor privado seria fundamental para consolidar os esforços de uma “aliança estratégica” entre os dois países. Além disso, o encontro permitiu também a assinatura de 14 contratos de parceria entre a Petrobras, a PDVSA (a empresa venezuelana de petróleo) e um punhado de companhias brasileiras.

Os planos da parceria entre a PDVSA e a Petrobras eram muitos e previam a construção de uma refinaria no Brasil e a criação de uma empresa binacional, com participação da Companhia Vale do Rio Doce e da venezuelana Corpozulia, para explorar as reservas de carvão natural de Socuy, na Venezuela. Também faziam parte dos contratos: a venda para a força aérea venezuelana de 20 novos aviões militares modelo Tucano; uma série de acordos bilaterais na área de defesa e vigilância da Amazônia; e a promoção de exercícios conjuntos em toda a região. Mas talvez um dos pontos mais marcantes tenha sido o anúncio explícito de Lula: “É preciso transformar o século 21 no século da América Latina”.

Traduzindo em termos mais explícitos ainda: o presidente brasileiro estava na Venezuela com a expectativa de confirmar acordos práticos de parceria e cooperação, dando início a um novo capítulo do diálogo político e ideológico entre dois importantes líderes sul-americanos. A médio e longo prazos, ambos tinham em mente a perpetuação de um mesmo projeto de poder: a Grande Pátria Bolivariana – a proposta central do Foro de São Paulo.

Tentando fortalecer a candidatura de Hugo Chávez nas eleições de dezembro de 2012 para um terceiro mandato, Lula tratou de criar um comando de campanha no Brasil que ele coordenaria pessoalmente junto com José Dirceu. Nos bastidores, o Foro de São Paulo; na linha de frente, em cena aberta, o marqueteiro João Santana, que Lula enviou para coordenar a campanha presidencial de Chávez.

Liberado dos compromissos do posto presidencial desde janeiro de 2011 (quando passou o cetro petista para Dilma Rousseff), o ex-presidente fez muito mais do que apenas indicar João Santana para a campanha venezuelana: atuou como lobista em favor do marqueteiro, e até gravou uma longa mensagem (de dois minutos) apoiando Chávez, que foi repetidamente veiculada na mídia venezuelana – TV e internet.

A morte de Chávez, em março de 2013, mudou pouca coisa nos planos bolivarianos. Seguindo a recomendação do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), a estratégia adotada por João Santana foi apresentar Nicolás Maduro como a continuidade do projeto chavista, com base não só numa afinidade de ideais, mas na amizade que “unia os dois povos”, nas figuras de Chávez e Lula.

Durante toda a campanha venezuelana, Lula deixou claras suas intenções, com todas as letras: interferir nos assuntos internos dos outros países integrantes do projeto bolivariano para o continente – às vezes não tão às claras, como na Venezuela, mas sempre de modo inconfundível, como o leitor vai poder conferir ao longo deste livro.

João Santana conseguiu a vitória de Chávez, que só não chegou a tomar posse por causa de um câncer terminal, que o levou em 5 de março de 2013. O então vice-presidente Nicolás Maduro assumiu imediatamente. No ano seguinte, o marqueteiro brasileiro conduziu a campanha de reeleição de Maduro – que está até hoje no poder.

“Sensibilidade social”, “defesa dos mais pobres” e “enfrentamento dos grandes problemas mundiais” – um punhado de clichês como estes deram a tônica da campanha, anunciando que o espetáculo populista não corria o risco de terminar, com a morte de Chávez. “Nos oito anos em que fui presidente do Brasil, tive a oportunidade de conviver com Maduro”, garantiu Lula, “e testemunhei sua profunda afinidade com nosso saudoso e querido amigo Hugo Chávez”. E arrematava: “Maduro presidente é a Venezuela que Chávez sonhou”.

Outra peça que ajudou a fortalecer a conexão Brasil-Venezuela foi a atuação da esquerda brasileira em favor da entrada do país-parceiro como membro efetivo do Mercosul – algo que ele reivindicava desde 2006, com vistas a uma integração comercial, econômica e política com os outros membros efetivos do bloco: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

O maior obstáculo era a oposição do Senado paraguaio, por conta de algumas divergências pontuais com o governo de Chávez. A efetivação só aconteceu em junho de 2012, graças uma engenhosa manobra que muitos atribuíram a Lula – mas, se ele não foi o autor, teve bastante

habilidade para tirar proveito do episódio. No fim das contas, mesmo fora do governo, continuava poderoso nos bastidores da política.

Foi assim: nesse mesmo período, “coincidiu” que o presidente paraguaio Fernando Lugo tinha sofrido um “golpe de Estado” relâmpago. Em apenas dois dias o Congresso o destituiu do cargo, por meio de um mal explicado processo de *impeachment*. O processo foi iniciado dia 20 de junho, a pedido de um deputado do Partido Colorado, a pretexto de um confronto entre policiais e camponeses, durante a reintegração de posse de uma fazenda em Curuguaty – um incidente que tinha deixado 17 mortos e 80 feridos.

Em 22 de junho, o presidente foi derrubado pela Câmara dos Senadores do Paraguai por 39 votos a 4 – e na mesma noite o vice Federico Franco foi empossado como novo presidente.

A repercussão negativa do episódio levou os outros integrantes do bloco a excluírem temporariamente o Paraguai, até que o país promovesse eleições “verdadeiramente democráticas”. Nesse meio tempo, sem que a oposição paraguaia pudesse atuar, a Venezuela foi aprovada como membro efetivo do Mercosul. Alguma dúvida quanto à crescente influência do Foro de São Paulo e do bolivarianismo chavista na América do Sul?

Em termos econômicos, a entrada da Venezuela pretendeu aumentar o potencial energético do Mercosul, já que o país é um dos maiores produtores e exportadores de petróleo do mundo. Além disso, é um grande importador de alimentos e produtos industrializados – o que daria grandes oportunidades para o mercado exportador do cone sul. Mas a verdade é que as motivações políticas sempre falaram mais forte, porque vieram a fortalecer e aproximar os governos de esquerda que já então dominavam a maioria dos países desse bloco.

Certamente, a amizade pessoal entre Lula e Chávez foi um fator decisivo para o sucesso do projeto. Os dois *tiranetes* logo se mostraram muito parecidos na postura demagógica, com a mesma vaidade de “passar para a História” como os salvadores de suas respectivas pátrias. Também os aproximava o gosto pela riqueza, pela bajulação e a concentração de poder. Com algumas inevitáveis diferenças de estilo, é claro: enquanto Chávez nacionalizou os bancos que não apoiavam seu governo, Lula mantinha com rédea curta as principais instituições financeiras – que embora privadas não escapavam de suas intervenções “sutis” (ênfase nessas aspas).

Um bom exemplo da *sutileza lulista* foi um episódio de 2014, quando o Banco Santander demitiu quatro funcionários que enviaram aos correntistas uma carta com projeções bastante pessimistas para a economia brasileira, caso a presidente Dilma se reelegeresse nas eleições daquele ano. Lula pediu – e recebeu – a cabeça dos responsáveis pelo “vazamento”.

Já o regime venezuelano não se preocupou com nenhuma “sutileza”: além dos avanços sobre a iniciativa privada, traduzidos em estatizações de empresas e confiscos de bens, fez da violência uma *política de Estado* – e num tal grau de extensão que a Organização das Nações Unidas (ONU) não pôde fazer vistas grossas. Em 2019, a entidade enviou à Venezuela uma

missão internacional independente para apurar as incontáveis denúncias – e, em apenas um ano, preparou um relatório assustador, que incluía *centenas* de casos graves de violações de direitos humanos (trocando em miúdos: espancamentos, torturas e outras variantes de violência policial e política).

O documento de 443 páginas classifica os episódios de “crimes contra a humanidade”, tratou de apontar diretamente alguns responsáveis: o próprio Nicolás Maduro; o presidente da Assembleia Nacional Constituinte Diosdado Cabello (considerado “o número 2 do chavismo”); o ministro do Interior, Néstor Reverol; o ministro da Defesa, Vladimir Padrino López; os chefes dos serviços de inteligência; e mais 45 funcionários do regime venezuelano.

Os números envolvidos também são assustadores. O texto inclui 16 casos de operações policiais, militares ou conjuntas que deram origem a 53 execuções extrajudiciais. Além disso, examina 2.552 incidentes adicionais envolvendo 5.094 mortes nas mãos das forças de segurança. O documento também dá conta das centenas de situações de estresse, sufocamento, espancamentos, choques elétricos, cortes e mutilações, ameaças de morte e tortura psicológica – como algumas das estratégias utilizadas nos interrogatórios.

A Anistia Internacional aplaudiu a iniciativa da ONU, considerando-a um verdadeiro “divisor de águas”. Mesmo assim, ninguém se sente otimista para apostar em resultados mais concretos. As autoridades venezuelanas continuam cometendo impunemente “crimes de direito internacional e violações dos direitos humanos, como execuções extrajudiciais, tortura, detenções arbitrárias e uso excessivo da força”, como alertou Erika Guevara Rosas, diretora para as Américas da AI. E acrescentou: “Não fazer nada representa dar as costas às vítimas, à verdade e à justiça”.

E no Brasil? Tivemos um desfecho melhor?

Com o *impeachment* de Dilma e o avanço da Operação Lava Jato, em 2016, Lula perdeu muito de seu poder de mando. Condenado em julho de 2017, o ex-presidente foi preso em abril de 2018 e cumpriu parte da pena de nove anos e seis meses determinada por Sérgio Moro em primeira instância e aumentada (em segunda instância) para 12 anos e um mês. Na verdade, cumpriu uma parte bem pequena: apenas 580 dias, numa cela especial no prédio da Superintendência Regional, em Curitiba.

Depois de algumas “idas e vindas”, Lula teve a pena anulada em 8 de março de 2021 por decisão do ministro do STF Edson Fachin. Em 13 de maio do mesmo ano, participou de uma homenagem na embaixada da Venezuela em Brasília, onde recebeu pelas mãos da chefe da missão diplomática, Irene Rondón, uma foto sua ao lado do presidente Nicolás Maduro. Além da comenda, ganhou um exemplar do livro *Quem tem medo de Hugo Chávez?*

América Latina: Integração Real, que conta trechos da vida do ex-presidente. Também estiveram no encontro a presidente do PT, Gleisi Hoffman, o deputado petista Paulo Pimenta e o ex-secretário de Relações Exteriores, Romênio Pereira, atual secretário-geral do Partido. Tudo como dantes.

O outro personagem fundamental de toda a conexão, João Santana, também não passou muito tempo recluso: graças aos mecanismos nem sempre muito claros de uma *delação premiada*, voltou às ruas – e às luzes da mídia. Atualmente, os dois estão livres, e em ação, ainda que separados: Luís Inácio concorre às eleições presidenciais de 2022 e o eterno marqueteiro assessora o também candidato Ciro Gomes.

Diz a canção popular que o amor, o sorriso e a flor se transformam depressa demais. Infelizmente, a conjuntura política também.

Mas, coragem. Respire fundo, leitor. Nosso mergulho nas trevas denunciadas por *El Pollo* está só começando.

* * *

QUADRO 1
<i>AS VELAS ABERTAS DO BNDES, A INADIMPLÊNCIA E O CALOTE</i>
Os maiores empréstimos para a Venezuela, via BNDES, foram para a construção da Usina Siderúrgica Nacional, conduzida pela construtora Andrade Gutierrez (US\$ 865 milhões), e da Linha 2 do Metrô de Los Teques, a cargo da Odebrecht (US\$ 862 milhões). Esta recebeu inicialmente US\$ 527,8 milhões, em 2009, mas teve um crédito complementar de US\$ 334,2 milhões, contratado em junho de 2015. (Obs.: A operação complementar não está nas planilhas disponíveis no site do Banco.)
Outros investimentos foram: a construção da Linha 5 do Metrô de Caracas (US\$ 200 milhões); as obras de saneamento e construção de pontes na Bacia do Rio Tuy (US\$ 368,9 milhões). Firmados no fim de 2014 pelo governo venezuelano, só seriam assinados pelo BNDES em junho de 2015.
Até o segundo trimestre de 2019, os pagamentos em atraso somavam US\$ 374 milhões. Por causa do calote, o BNDES reservou R\$ 2,236 bilhões no balanço de 2018 para absorver os atrasos.)
Questionado sobre o caráter temerário desses empréstimos (afinal, as investigações da Lava Jato envolvendo as construtoras já tinham vindo a público, Luciano Coutinho, presidente da Instituição nessa época, manifestou-se por escrito: “Assim que teve conhecimento de práticas de corrupção em obras no exterior, o BNDES suspendeu, no início de 2016, as operações de financiamento com aquelas empresas

6. “Já é Venezuela em Buenos Aires?”

A Organização Mundial da Saúde adverte: a Argentina tem mais de 220 psicólogos para cada 100 mil habitantes – segundo o relatório de saúde mental publicado em 2017. É uma cifra muito superior aos menos de 30 dos Estados Unidos, aos 49 da França e aos 12 do Brasil. Pensando bem, com o crescente poder do Foro de São Paulo no continente e a degradação progressiva da lei e da ordem, parece que os argentinos vão mesmo precisar de assistência psicológica para superar as dificuldades que a nova conjuntura promete.

Em meio à série de denúncias bombásticas disparadas diretamente da capital espanhola, Hugo *El Pollo* Carvajal afirma que o governo da Venezuela enviou US\$ 21 milhões à Argentina com o objetivo direto de patrocinar a campanha eleitoral de Cristina Kirchner. Nenhuma novidade: o comunismo é eficiente em matar o seu próprio povo de fome, mas também em facilitar financeiramente a implantação desse regime em outros países. Esse é o *modus operandi* revolucionário. Incapaz de salvar da miséria a maioria esmagadora de seus compatriotas, a Venezuela despachou uma fortuna para patrocinar o comunismo na Argentina.

Em seu depoimento de outubro de 2021, diante de um Tribunal na Espanha, Carvajal detalhou que Hugo Chávez enviou mais de 20 voos para a Argentina, ao longo de 2007. Em cada viagem aérea seguia um *malote* de US\$ 1 milhão para financiar Cristina Kirchner, esposa do então presidente Néstor Kirchner (1950-2010), e desde 2019 vice de Alberto Fernández.

Tudo corria “às mil maravilhas”, até que uma funcionária desavisada da Alfândega argentina apreendeu uma mala com cerca de US\$ 800 mil, em poder de um empresário venezuelano que havia chegado a Buenos Aires num jato particular – no escândalo que ficou conhecido como *maletagate*. O que não se sabia é que a bagagem apreendida representava a remessa número 21, depois que as 20 anteriores (todas de US\$ 1 milhão) tinham sido entregues sem nenhuma dificuldade.

Certamente, alguma coisa falhou no esquema de subornos dos agentes aeroportuários argentinos. Para transportar o dinheiro com segurança, os cúmplices de Hugo Chávez tinham subornado muitos funcionários do aeroporto e da polícia argentina. Mas não todos: María del Luján Telpuk, por exemplo, não fazia parte do esquema.

Guido Antonini Wilson, o empresário-representante de Hugo Chávez detido com os US\$ 800 mil, já confirmou à Justiça americana que o dinheiro tinha sido enviado por Chávez para financiar a campanha da candidata argentina. Mas, como era de se esperar, Néstor e Cristina Kirchner negaram com veemência qualquer relação com o montante interceptado com o empresário.

Seja como for, a interrupção no fluxo de dólares não chegou a atrapalhar a candidatura de Cristina Kirchner, que venceu a eleição presidencial em 2007 e ocupou a presidência até 2015.

(Muitos anos depois, durante a campanha presidencial de 2019, Alberto Fernández, candidato pela Frente de Todos em chapa com Cristina Kirchner, ainda insistiu na mesma tecla, de que a versão veiculada pela mídia sobre a interceptação da maleta nunca foi confirmada pela Justiça argentina. Segundo ele, o empresário e o dinheiro estavam seguindo para o Uruguai.)

Com a ascensão ao poder de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, as relações entre os camaradas ideológicos extrapolaram os limites da mera afinidade de ideias e colocaram o continente nos trilhos sombrios do crime organizado. Juntos, os governos de Lula e Néstor Kirchner promoveram mudanças nas políticas públicas, na forma de inserção internacional e na concepção de regionalismo.

A implementação ocorreu de forma diferenciada, sendo que o *lulismo* foi mais conciliatório, enquanto o *kirchnerismo* adotou abertamente o confronto e a repressão.

Nos primeiros anos do governo Lula, precisamente em 2005, a diplomacia latino-americana anunciou uma “aliança estratégica” entre Brasil e Venezuela. Essa reunião entre Hugo Chávez e Lula teve um convidado ilustre: Néstor Kirchner. Os três presidentes se encontraram na capital do Uruguai, Montevidéu, onde assinaram acordos de cooperação na área de infraestrutura e petróleo. Na ocasião, os trio (todos membros do Foro de São Paulo) estavam no Uruguai também para comemorar a eleição do *camarada* Tabaré Vázquez, o primeiro líder de esquerda na história do Uruguai a ocupar a Presidência da República.

Os acordos assinados especialmente entre Lula e Chávez previram uma cooperação entre a nossa Petrobrás e a PDVSA na exploração conjunta de áreas petrolíferas, na atuação em outros países e em atividades de refino e petroquímica. Os *camaradas* do Foro de São Paulo discutiram também, no mesmo encontro, a ampliação do comércio de bens e serviços, a integração da infraestrutura dos dois países e os planos de cooperação na área de defesa. Os tentáculos do Foro iam avançando.

Perto do fim do seu segundo mandato, em 2009, Lula assinou com Cristina Kirchner um acordo que pretendia supostamente melhorar o “abastecimento de eletricidade” nos dois países. Lula queria construir uma represa no rio Uruguai, para alimentar uma hidrelétrica que fosse capaz de produzir cerca de 8 mil GW por ano, potencial maior do que o da represa de Salto Grande, compartilhada entre Argentina e Uruguai. Os planos eram de inaugurar a obra ainda em seu mandato.

Como já era de praxe do governo petista (habituação a financiar construções faraônicas em países com “afinidade ideológica”, ou seja, ditaduras comunistas), Lula propôs que o BNDES assumisse 70% dos custos do projeto, enquanto 30% seriam bancados diretamente pelos governos, em partes iguais.

A obra pode não ter saído – mas os cofres do BNDES foram devidamente saqueados. Na hora de tentar entender os *estragos* dessa empreitada de dois governos socialistas, os técnicos vão precisar mesmo consultar algum psicólogo ou psiquiatra – e a argentina tem muitos...

Enquanto isso, nada parece ter melhorado na Argentina, nos últimos anos. Com a ascensão da dupla Alberto Fernández-Cristina Kirchner, o país – que chegou a ser uma das potências econômicas mundiais no século XX – atingiu índices altíssimos de inflação, corrupção e pobreza. O povo está colhendo aquilo que *El Pollo* ajudou a plantar.

A pergunta preocupante fica no ar: será possível reverter este quadro em breve tempo? Ou “já é Venezuela” também na Argentina?...

CONEXÃO BRASIL-BOLÍVIA

7. Corrupção e pilhagem “nas alturas”

A “pátria da coca”, como é conhecida a Bolívia, é um país de extremos: nos *chacos* e nas regiões mais baixas, a temperatura no verão pode facilmente ultrapassar os 40 °C; já nos picos andinos, onde os antigos nativos construíam vilas inteiras, as temperaturas despencam abaixo de zero. O território boliviano também apresenta contrastes de altitude, indo de regiões que ficam “ao nível do mar” (embora o país não tenha costa) até cidades localizadas a mais de 3.700 metros de altitude, como a capital, La Paz.

Mas nenhum contraste deve se comparar ao dos indicadores econômicos e sociais. Num país riquíssimo em recursos naturais, a maioria da população continua mergulhada na extrema pobreza. E há também os alarmantes “indicadores comportamentais”: em La Paz, por exemplo, o *Cárcer San Pedro* ilustra perfeitamente o descaso e o despreparo das autoridades públicas. Na suposta “carceragem”, os detentos têm total liberdade para entrar e sair quando quiserem, já que a instituição literalmente *não tem guardas*. Ali, os presos controlam tudo – podendo inclusive levar suas namoradas para as celas.

Seja de ordem social, econômica ou política, as dificuldades do povo boliviano parecem não conhecer limites. Com um histórico de disputas territoriais com os países vizinhos (principalmente o Paraguai), a Bolívia sucumbiu numa conjuntura inédita de dificuldades extremas, com a eleição de Evo Morales.

Primeiro indígena eleito presidente no país, Morales conquistou o poder em 2006, depois de se engajar como sindicalista dos *cocaleros* (agricultores que cultivam a planta da coca), seguindo as diretrizes de seu partido, o Movimento para o Socialismo como Instrumento Político pela Soberania dos Povos (MAS-IPSP). Foi presidente por três mandatos consecutivos, de 2006 a 2019, e nesse período contribuiu para enredar o país no complexo sistema de corrupção e narcotráfico do Foro de São Paulo.

Morales usou a *coca* como bandeira de sua campanha política. Com uma narrativa fortemente antiamericana e anticapitalista, sob o argumento de proteger a cultura indígena, ele pregava abertamente contra a “influência comercial das corporações internacionais”. No

entanto, depois de eleito, propôs a legalização e incentivou o comércio internacional da cocaína como *plano de salvação nacional*.

Durante seu longo governo, Evo Morales buscou aproximação com outros governos de esquerda no continente, como Hugo Chávez (de quem recebeu dinheiro), Nicolás Maduro, Cristina Kirchner e, naturalmente, o fundador do Foro de São Paulo: Luiz Inácio Lula da Silva. Graças à parceria com o PT, os estragos econômicos e sociais da Bolívia se estenderam até o Brasil.

Tão logo o *cocalero* boliviano chegou ao poder, o governo petista ordenou ao BNDES que emprestasse à Bolívia US\$ 199 milhões para o Projeto Hacia el Norte. Antes, de 1994 a 2007, a Petrobrás já tinha investido 1,5 bilhão de dólares no país vizinho, numa refinaria e num gasoduto que no fim das contas foram “comprados” pelo governo boliviano por menos de 10% do valor.

(Para que o leitor possa calcular o tamanho do prejuízo: a refinaria da Petrobrás respondia por 18% do PIB boliviano, e por cerca de um quarto do total de impostos arrecadados pelo governo local.)

A “nacionalização” da produção de petróleo (um nome mais “leve” para o assalto perpetrado) ocorreu já no início do primeiro mandato de Evo Morales. Seguiu o exemplo da Venezuela, onde Hugo Chávez decidiu assumir os controles acionário e operacional dos poços de petróleo da faixa do rio Orinoco, onde fica a maior reserva mundial do combustível.

Em maio de 2006, Morales ordenou que o exército boliviano ocupasse as instalações da Petrobrás no país, coroando a iniciativa com um discurso de tom inconfundivelmente populista no grande campo de gás de San Alberto (Departamento de Tarija, na região sul do país). Num dos trechos mais contundentes, conclamou:

“Queremos pedir aos companheiros trabalhadores da Petrobrás aqui presentes para que sejam fiéis à sua pátria, que respeitem disciplinadamente este decreto supremo, a fim de que esse recurso natural retorne às mãos do povo boliviano”.

Nessa época, 62% do gás natural consumido no Brasil e 74% do produto usado em São Paulo provinham da Bolívia. Isso dá uma boa ideia do tamanho do *estrago*.

Com tais medidas autoritárias (e altamente prejudiciais à sua própria população), a Bolívia afetou diretamente os investimentos da Petrobrás no país. Por conta do *calote*, a estatal brasileira arcou com um prejuízo de cerca de dois bilhões de dólares. Sintomaticamente, o PT pareceu não se importar, e seguiu com sua ajuda financeira aos membros do Foro.

Morales recebeu dos *camaradas* do PT apoio irrestrito às suas campanhas. E não foi mero apoio moral (ou, melhor dizendo, ideológico): em 2014, quando Morales planejava a sua *segunda reeleição*, Dilma e Lula reajustaram o contrato que a Petrobrás tinha assinado com a Bolívia, de modo que o Brasil pagasse mais meio bilhão de dólares ao país vizinho.

O apoio que o governo petista concede aos governos dos países membros do Foro de São Paulo (que se traduziu objetivamente em dinheiro) sempre foi explícito. O PT nunca fez questão de disfarçar sua “solidariedade”, participando festivamente das vitórias políticas dos seus parceiros ideológicos. Em janeiro de 2015, Dilma Rousseff esteve presente na cerimônia de posse do terceiro mandato consecutivo de Morales.

Se no passado as preocupações diplomáticas brasileiras quanto às fronteiras territoriais se limitavam à região de Mar del Plata, tendo a Argentina como rival do Brasil, o foco atual das tensões que preocupam o Itamaraty é justamente a zona fronteira com a Bolívia. Em outras palavras: a questão do narcotráfico, elemento central na conjuntura política latino-americana.

Perguntem a qualquer autoridade policial, seja um titular de uma delegacia ou um comandante de um batalhão de Polícia Militar: um dos problemas sociais mais graves do Brasil se relaciona à segurança e à alta criminalidade – e tudo isso tem na raiz o tráfico de drogas.

É o tráfico quem responde pelas dezenas de milhares de assassinatos anuais, quando traficantes matam traficantes ou entram em confronto com a polícia. Ou quando assaltantes, desesperados pelo dinheiro das drogas, matam suas vítimas, “às vezes para roubar um simples celular”, como declarou Lula, já como pré-candidato às eleições de 2022. É o narcotráfico, em suma, que está por trás dos assaltos a carros fortes, roubos de cargas ou explosões de bancos, na busca por capital para o lucrativo comércio dos entorpecentes. Os exemplos são incontáveis.

Graças à sua posição geográfica, o Brasil faz fronteira com os principais produtores de cocaína do mundo: Colômbia, Peru e, desde as últimas décadas, também a Bolívia. Nosso território virou *rota de passagem* para essa droga, que dos produtores vai para os grandes centros brasileiros, São Paulo e Rio de Janeiro, e daí para a Europa e os Estados Unidos. Não podemos esquecer que a Bolívia não tem saída para o mar, e portanto qualquer produto que ela exporte precisa passar pelo nosso território ou pelo do Chile – e nisso estão incluídas as drogas.

Na verdade, o governo de Morales não estava em convivência apenas com o comandante do Foro de São Paulo (entenda-se, o próprio Lula): em nome da corrupção, também celebrou aliança com Hugo Chávez. Em suas denúncias, Carvajal mostrou como a Venezuela de Chávez e a Bolívia de Morales estavam envolvidas até o pescoço num sofisticado sistema de lavagem “oficial” de dinheiro.

Em fevereiro de 2017, uma operação da polícia do Paraguai apreendeu 30 toneladas de notas de bolívares (a moeda venezuelana). Essa operação policial foi o pontapé inicial para a investigação internacional de uma nova modalidade de lavagem de dinheiro: a estatal.

O carregamento apreendido pelas forças policiais era composto por notas de 50 e 100 – e calcula-se que o montante superava a casa de 1,5 bilhão de bolívares. O dinheiro havia sido retirado clandestinamente da Venezuela e seria levado à Bolívia onde os envolvidos no esquema de corrupção fariam a conversão por dólares nas casas de câmbio locais.

Trocando em miúdos: o caso Chávez-Morales pôs às claras uma forma inédita e complexa de lavagem de dinheiro – envolvendo estatais e operações consideradas legais do ponto de vista jurídico. A lavagem do dinheiro do narcotráfico estava se tornando uma *movimentação financeira legal*.

Na época, um dólar valia 4.190 bolívares nas ruas de Caracas. Mas, pela cotação oficial, imposta pelo chavismo, bastavam 10 bolívares para comprar uma unidade da moeda americana. Enquanto havia dólares disponíveis no mercado venezuelano, os criminosos recorriam ao câmbio artificial imposto pelo governo para multiplicar suas fortunas.

Aliás, no mundo inteiro, a cotação fictícia dos venezuelanos é levada em conta para “informações oficiais”, mas quase ninguém aceita aplicá-la. Na Bolívia, porém, prevalece a ficção: a moeda venezuelana é amplamente aceita e remunerada em um valor próximo ao da cotação artificial imposta pelo chavismo.

De posse do dinheiro dessa manobra, as casas de câmbio repassam o papel para o Banco Central da Bolívia a um preço ainda mais alto do que o pago aos criminosos, obtendo assim sua cota de lucro na operação. O BC boliviano, por sua vez, pretendia usar o papel-moeda para pagar sua dívida externa com a Venezuela, estimada em 2022 como algo em torno de 768 milhões de dólares – e, como a Venezuela aceita a conversão pelo seu valor oficial, cada dez bolívares equivaleriam a um dólar de dívida.

Caso essa operação tivesse sido concretizada, o governo de Evo Morales conseguiria amortizar cerca de 20% de seus débitos com os venezuelanos. A transação foi denunciada, mas não impediu que um pequeno grupo de privilegiados da Venezuela e da Bolívia (sempre os *camaradas!*) tenha conseguido elevar seu patrimônio, em apenas uma operação de câmbio.

A corrupção e a pilhagem do patrimônio dos contribuintes chega *literalmente* às alturas, desdobramento e consequência da corrupção chavista, denunciada em 2021 por Hugo Carvajal.

CONEXÃO BRASIL-PARAGUAI

8. O casamento espúrio entre Igreja e comunismo

A malandragem dos políticos latino-americanos envolvidos com o projeto de poder do Foro de São Paulo não conhece limites. Para pôr em prática seus planos maquiavélicos, eles se comportam como se a moral, os costumes e os valores da religião fossem meras palavras sem efeito. Infelizmente, o avanço comunista na América do Sul não conta apenas com a ajuda de políticos, empresários e narcotraficantes: os religiosos que integram a ala “progressista” da Igreja Católica (a chamada *Teologia da Libertação*, ala marxista da Igreja, criada na União Soviética) apoiam e “abençoam” a operação.

O ex-bispo católico Fernando Lugo talvez seja o melhor exemplo dessa modalidade deturpada da Igreja. Nascido em 1951, o paraguaio fez seus estudos religiosos na capital Assunção e foi ordenado padre em 1977. Trabalhou no Equador até 1983, quando se transferiu para Roma e ali permaneceu por 11 anos, sendo nomeado bispo da diocese paraguaia de San Pedro por João Paulo II.

Depois de permanecer ali por dez anos, foi afastado pela Santa Sé, sem maiores explicações – embora permanecendo bispo. Na época, a mídia paraguaia especulou que a medida severa de Roma se devia à militância política de Lugo – no fim das contas, um marxista revolucionário assumido. Àquela altura, ele já tinha adotado a Teologia da Libertação, que florescia na América Latina.

Bem relacionado com outros supostos “religiosos” brasileiros, igualmente engajados na TL (como Frei Betto e Leonardo Boff), mas também com destacados petistas, o ainda bispo Fernando Lugo resolveu se aventurar na política. Pelos seus cálculos, a condição pública de religioso num país como o Paraguai – tradicionalmente cristão – ajudaria a impulsionar a nova carreira.

A estratégia deu certo. Marxista e revolucionário convicto que vendeu a imagem de piedoso sacerdote preocupado com o “bem-estar do povo” – velha cantilena socialista –, Fernando Lugo conseguiu ser presidente do Paraguai de 2008 a 2012, período em que serviu exemplarmente à causa do Foro de São Paulo, surfando na onda esquerdista latino-americana.

É bom lembrar que o principal empecilho à expansão do Foro de São Paulo e à implantação absoluta do comunismo no continente sul-americano tem sido a presença e influência da Igreja. Mas a opção pela modalidade gramsciana fez com que muitos revolucionários se infiltrassem no seio da Igreja, corrompendo e arregimentando uma parte do clero – muitos padres, bispos e até alguns cardeais.

Com o advento do Foro, na década de 1990, as relações entre Brasil e Paraguai se fortaleceram, sobretudo a partir da eleição do *camarada* Lugo. Essa aliança binacional consistia simplesmente numa ajuda irrestrita e unilateral do Brasil ao Paraguai, com o objetivo de manter Lugo no poder. A ajuda financeira veio na forma de concessões do governo brasileiro, com significativo prejuízo para nosso país. Não só isso: nos momentos de dificuldade política, Lugo foi amparado pelo camarada Lula e, mais tarde, por Dilma Rousseff.

Dessa vez, o sofisticado esquema de corrupção do Foro de São Paulo mirou na maior hidrelétrica do mundo – e símbolo tradicional da diplomacia entre o Brasil e o Paraguai: a Itaipu.

Trata-se de um patrimônio de muitas décadas: em 1973, Brasil e Paraguai assinaram acordo para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, no rio Paraná, fronteira dos dois países. Seria a maior usina de fonte renovável do mundo, com 14.000 MW de potência instalada. O contrato foi elaborado com os devidos cuidados, procurando preservar os interesses paraguaios sem perder de vista os brasileiros. Mas, se atendia às crescentes necessidades do

Brasil em termos de energia elétrica, para o país vizinho era sem dúvida uma “dáviva dos céus”.

(Não deixa de ser uma triste ironia que um “bispo católico” tenha ameaçado esse patrimônio.)

Como o Paraguai não tinha recursos para participar de uma obra de tal porte, o capital inicial para constituir uma empresa binacional foi providenciado pelo Brasil. Literalmente, o governo brasileiro (na época, ocupado pelos “militares malvados”) fez *tudo* em Itaipu:

- institucionalizou e capitalizou o negócio, como brasileiro-paraguaio;
- providenciou estudos de viabilidade para a usina;
- contratou (por meio de licitações internacionais) projetos, construções, e equipamentos eletromecânicos;
- contratou e treinou o pessoal técnico de fiscalização, operação e controle;
- conseguiu e avalizou os pesados financiamentos; supervisionou construções e montagens do empreendimento;
- e, por fim, elaborou o tratado internacional que regulamenta a grande hidrelétrica.

Mesmo arcando com as principais tarefas no processo de construção, o governo militar brasileiro teve o cuidado de dividir com o Paraguai cada etapa e se fazer acompanhar de técnicos e autoridades paraguaias em cada passo dado, respeitando a soberania do país vizinho. Mas não seria exagero dizer que o Brasil encabeçava todas as providências: afinal, tinha *know-how*, capital e credibilidade internacional (coisas de que o vizinho pobre não dispunha). Mas sempre respeitou o fato de o rio fronteiro ser metade paraguaio.

Foram duas admiráveis obras de engenharia: uma, de engenharia civil, mecânica e elétrica, que desde que entrou em operação, no início da década de 1980, já gerou cerca de 2,7 bilhões de MWH; mas vale destacar também a obra de *engenharia diplomática*, pois o Tratado de Itaipu obedeceu a todos os requisitos dos dois países. Graças a isso, foi internacionalmente reconhecido e logrou construir a maior usina do mundo – só superada em potência instalada em 2003, pela chinesa Três Gargantas, mas nunca superada em volume de energia produzida.

Quase 50 anos depois, em 2022, a grandiosa hidrelétrica de Itaipu continuou abastecendo o Paraguai em cerca de 90% de suas necessidades energéticas e o Brasil, dado seu porte, em apenas 10% de seu consumo.

Nos termos do Tratado, a energia gerada é dividida em partes iguais pelos dois países. Desde o início, o Brasil consome toda a sua parte, enquanto o Paraguai – a princípio – não chegava a consumir nem 5%. O acordo estabelecia que o Brasil compraria a energia que o parceiro não consumisse, a um custo calculado pela equipe técnica binacional da usina; e previa uma revisão aos 50 anos de sua assinatura, isto é, em 2023, com eventuais ajustes acertados por consenso.

E onde entra Fernando Lugo em tudo isso? Na parte mais “sombria”, como relembra, com riqueza de detalhes, Irapuan Costa Junior.

A principal bandeira populista de Lugo em sua rápida ascensão política era justamente *a revisão da tarifa paga pelo Brasil na compra da energia elétrica produzida na hidrelétrica* – aquela porcentagem que o Paraguai não conseguia consumir e vendia ao Brasil!

Para assumir a presidência, Lugo teve de pedir uma dispensa de Roma, porque a constituição paraguaia não admitia que um religioso profissional assumisse o cargo. Afastando-se da Igreja, foi como se vendesse (metaforicamente ou não) a alma ao Diabo. Porque aqui começaram a se multiplicar as polêmicas na vida do nada casto ou idôneo ex-bispo.

Seguindo a tendência de todos os comunistas, Fernando Lugo logo se revelou um administrador incompetente, e as insatisfações não demoraram a despertar os brios do povo paraguaio, que percebeu o erro cometido. Também não tardaram a vir à tona muitos escândalos anteriores: debaixo da batina episcopal, tinha se escondido por décadas... um molestador sexual compulsivo.

Muitas jovens que trabalhavam em suas igrejas tinham sido objeto de assédio sexual, engravidaram e em seguida foram abandonadas. E o pior: amedrontadas pelo poder da corrompida igreja paraguaia, recusavam-se a denunciar Fernando Lugo.

Mas – por sorte ou por *milagre* – pouco depois da eleição de Lugo uma delas resolveu falar, talvez pressionada pelas dificuldades de criar sozinha o filho do bispo. A princípio, Lugo negou solenemente a paternidade, mas foi forçado a fazer um teste de DNA, e acabou confessando.

Não tardou muito para que outras três moças viessem a público apresentar os filhos de Lugo. Uma delas, inclusive, tinha sido molestada quando ainda era menor de idade, sugerindo que, além de molestador e irresponsável, o bispo-presidente era um pedófilo.

Eis que, em agosto de 2010, em meio à acentuada queda de popularidade, Lugo descobriu um câncer, que ele tratou com sucesso em São Paulo, graças à ajuda de seus amigos petistas: Lula da Silva e Dilma Rousseff. Mas, àquela altura, a popularidade em queda era uma ameaça mais grave do que qualquer doença.

No fim de 2010, a situação política de Fernando Lugo se complicava à frente do governo paraguaio. Além de moralmente devastado pelos escândalos sexuais, ele não tinha cumprido a maioria das promessas de campanha. Mas o engajado revolucionário encontrou uma brilhante oportunidade para se safar das dificuldades impostas pela própria incompetência: se seus parceiros de Foro Lula da Silva e Dilma Rousseff (então eleita presidente) dessem uma ajuda com as tarifas de Itaipu, tudo poderia ser revertido a seu favor.

E, pelo que se viu a seguir, a ajuda foi maior do que a prevista: seus *companheiros* arquitetaram uma enorme operação que acabou atendendo não só a Lugo mas também aos anseios de uma América Latina unida em torno do marxismo.

Logo no início de 2011, a pedido de Fernando Lugo, e sem apresentar qualquer justificativa, a cúpula petista resolveu triplicar o preço da tarifa que o Brasil pagava ao Paraguai, desrespeitando os termos do acordo assinado na época do lançamento da Hidrelétrica de Itaipu. Lula, Dilma & Cia. certamente imaginavam que essa medida brusca, enormemente

desvantajosa para o Brasil, fortaleceria Lugo e o manteria no poder. Afinal, essa tinha sido sua principal bandeira de campanha.

Ocorreu, porém, que as primeiras sondagens internas no Brasil dificultaram os planos petistas: os técnicos se apressaram em apontar a incongruência do aumento descabido. Afinal, havia um tratado internacional, aprovado pelo Congresso, que fixava as tarifas, e que não poderia ser rompido, nem alterado, antes da única revisão autorizada – que, segundo o Tratado, estava programada para 2023.

Além disso, como “consequência não programada”, a medida acarretaria um aumento nas tarifas internas de energia elétrica – que prejudicariam os consumidores brasileiros e, por ser assim tão impopular, punha em risco a estabilidade do Governo. Mas nada deteve o PT: o presidente da Câmara dos Deputados era Marco Maia, obediente petista (por sinal, alguns anos depois cairia nas malhas da Operação Lava Jato), enquanto o líder do Senado era José Sarney, que tinha por princípio político e “moral” jamais contrariar o governo de plantão. E a esquerda já tinha domesticado (ou comprado) a maioria do Congresso, que sem dúvida aprovaria a fraude.

O plano teve grande sucesso – pelo menos para o socialismo latino-americano. Em abril de 2011, a Câmara dos Deputados aprovou o aumento, num processo relatado pelo folclórico deputado petista Dr. Rosinha. Um mês depois, o Senado também o aprovou, graças à defesa inflamada da senadora Gleisi Hofmann (também petista, é claro).

Em breve síntese: numa Câmara dominada pelo PT e seus partidos satélites, como o PSOL e o PC do B, houve pouca discussão; no Senado, alguns senadores protestaram com alguma veemência, mas eram também minoria. Entre eles, os goianos Demóstenes Torres e Cyro Miranda, que em vão tentaram deixar bem claro que o Congresso estava prejudicando o povo brasileiro em favor do Paraguai.

Depois da aprovação pela Suprema Corte brasileira, em junho de 2011 Dilma Rousseff foi pessoalmente até o Paraguai para entregar o presente nas mãos do “*camarada* Lugo”. Em vez de receber do Brasil 120 milhões de dólares por ano, o país vizinho, passaria a embolsar 360 milhões, pela mesmíssima energia vendida ao Brasil.

O ex-bispo ganhou novo fôlego. Mas não por muito tempo. Em 2012, sua situação voltou a piorar. Um processo-relâmpago de *impeachment* conduzido pelo Congresso afastou-o da Presidência, e ele foi substituído pelo vice-presidente, Federico Franco. No ano seguinte, com a ajuda venezuelana de *El Pollo*, Lugo se candidatou ao Senado, onde desde então ocupa uma cadeira.

“Por tabela”, como já foi mencionado antes (cf. Capítulo 5), a medida favoreceu a entrada da Venezuela no Mercosul. Comunistas, afinal, têm aliados – mas têm acima de tudo *interesses*, que podem variar com os ventos...

Acusados de prejudicar os consumidores brasileiros, os petistas (com a malícia de sempre) apelaram para um raciocínio falacioso: a conta não iria para a tarifa de energia, mas para o

Tesouro. Foram 240 milhões de dólares anuais tomados dos brasileiros e entregues ao governo paraguaio, na tentativa de manter um garanhão corrupto na Presidência.

Tudo somado, de 2011 a 2021 o prejuízo aos cofres públicos brasileiros foi superior a 2,5 bilhões de dólares, fruto da irresponsabilidade do governo petista só para ajudar a manter no poder um aliado.

No fim das contas, todos nós, brasileiros pagadores de impostos, financiamos o governo corrupto do ex-bispo e pedófilo presidente do Paraguai – um enorme esforço, que envolveu até o Congresso, foi feito para nos deixar essa conta a pagar. Sintomaticamente, a grande mídia nunca esboçou a menor reação em face dessa aliança espúria entre Lula e Lugo.

CONEXÃO BRASIL-PERU

9. Quando o dinheiro privado se torna “público”

“Não existe dinheiro público. Existe apenas o dinheiro do pagador de impostos.”

Margareth Thatcher

A conhecida frase da ex-primeira-ministra britânica sobre a verdadeira origem dos recursos administrados pelo Estado resume uma lição essencial: *a responsabilidade moral dos governantes em relação ao povo*. A história da América Latina é cheia desses maus exemplos de administração do patrimônio público. A corrupção típica do velho coronelismo parece ter se instalado nos países sul-americanos, como um mal sem cura.

Desvios de verbas, subornos, compras de votos, trocas de favores, chantagem, corrupção ativa e passiva... O vizinho Peru, que raramente aparece no noticiário internacional, há muito tempo vem sofrendo nas mãos de políticos inescrupulosos. A presença do nome do ex-presidente Ollanta Humala na lista de delações de Carvajal é apenas o cume de uma longa escalada histórica de malfeitos e transgressões. A estabilidade política foi sempre uma exceção naquele país.

Na história do Peru independente, vários governos democráticos foram interrompidos por golpes de estado. Em 1968, por exemplo, uma ditadura militar introduziu reformas nacionalistas profundas. Só em 1980 o país conseguiu restabelecer um governo democrático representativo – mas, infelizmente, logo em seguida caiu num sangrento conflito armado entre grupos terroristas orientados pelo Partido Comunista del Perú (mais conhecido como *Sendero Luminoso*) e o MRTA (Movimento Revolucionário Túpac Amaru) contra o governo. Uma das consequências dessa instabilidade política foi uma crise inflacionária gigantesca que se prolongou até o início dos anos 2000.

De julho de 1990 a novembro de 2000, o Peru foi governado pelo ditador Alberto Fujimori, o controverso peruano de ascendência japonesa que combateu os grupos terroristas de inspiração comunista. Mas sua gestão foi marcada por escândalos de corrupção e abusos contra os direitos civis. O fato é que, desde o fim do período Fujimori, o Peru tenta lutar contra a forte corrupção, enquanto aposta no crescimento econômico.

Em 2001, filiado ao Partido Aprista Peruano, Alan García venceu as eleições com 47% dos votos válidos. Até que, em junho de 2006, entrou em cena um novo personagem nas eleições presidenciais: o militar aposentado Ollanta Humala – peça-chave para se entender a relação do país com a nova conjuntura política imposta ao continente pelo Foro de São Paulo. García se reelegeu, mas a semente ruim já tinha sido lançada, num estranho enxerto que envolvia também Hugo Chávez e Evo Morales.

Ollanta Moisés Humala Tasso iniciou a formação político-militar em 1979, quando entrou na escola militar em Chorrillos. Seus estudos “fundamentais” incluíram cinco semanas de treinamento em operações na selva, na Escola das Américas, no Panamá, onde se graduou em 1984. Complementou seu embasamento ideológico com um mestrado em ciências políticas na Pontifícia Universidad Católica del Peru, nos anos 2001-2002.

A rigor, Humala começou a ganhar notoriedade em outubro de 2000, liderando um movimento contra o governo de Alberto Fujimori, com violentas acusações de ilegitimidade do presidente e de corrupção entre os oficiais das Forças Armadas – tudo isso temperado com uma forte retórica nacionalista. O discurso teve grande acolhida nas camadas mais populares, o que levou o governo de Fujimori a pedir sua prisão. Humala se exilou e só pôde retornar após a deposição de Fujimori.

Foi um retorno calculadamente triunfal, marcado por uma declaração de apoio ao presidente em exercício Valentín Paniagua Corazao. A estratégia lhe garantiu um indulto oficial, que permitiu a Humala reassumir seu posto e servir no exterior como adido militar. Trabalhou primeiro na França e em seguida na Coreia do Sul, onde foi aposentado compulsoriamente em dezembro de 2004.

Com apoio de seu irmão Antauro Humala, que em 2000 tinha liderado um movimento contra Fujimori, a ascensão política de Humala começou a se acelerar. Em outubro de 2005, ele registrou oficialmente sua candidatura à presidência, pelo Partido Nacionalista Peruano (PNP, que ajudou a fundar), na coalizão Unidos pelo Peru. Em janeiro de 2006, participou da cerimônia de recepção ao recém-eleito presidente da Bolívia, Evo Morales, em Caracas. Os elos entre os países foram ficando explicitamente mais fortes.

O apoio do presidente venezuelano Hugo Chávez à candidatura de Humala causou grande descontentamento no governo de Toledo, que respondeu retirando seu embaixador da embaixada venezuelana.

Depois de perder as eleições de 2006 para Alan García, Humala moderou seu discurso, enquanto o presidente ia despencando no conceito da população, tornando remotas as chances de eleger seu sucessor. Mas nem tudo ia ser fácil para Humala, em sua candidatura

de 2011: ele teve que enfrentar um forte e inesperado movimento de direita encabeçado por Keiko Fujimori – a filha do ex-presidente condenado e preso por acusações de corrupção.

O crescimento de Keiko polarizou a disputa presidencial com Humala, mas ele conseguiu vencer no segundo turno por uma estreita margem de votos – e um grande apoio financeiro venezuelano, conforme denuncia Hugo Carvajal. Como era de se esperar, o mercado reagiu mal à vitória de Humala: a Bolsa de Valores despencou, pondo em risco a estabilidade econômica e política de seu governo. Mas, com malícia e habilidade, Humala designou uma equipe econômica conservadora, que manteve o modelo econômico peruano, baseado tradicionalmente na exportação de minerais por grandes empresas estrangeiras.

Mas, como típico governante populista de esquerda, Humala criou fortes taxações sobre a exportação de minérios, investindo os recursos arrecadados em programas sociais. Mas ele não foi capaz de defender os interesses dos movimentos indígenas e camponeses, afetados pela exploração das grandes corporações internacionais – o que tinha sido uma promessa de campanha. Resultado: os conflitos no campo continuaram violentos e em pouco tempo o governo perdeu apoio, tanto no interior quanto nas grandes cidades.

Quando terminou seu mandato, em 2016, Humala estava desacreditado, com minoria no Congresso e menos de 20% de apoio popular. Seu partido, o PNP, nem teve condições de apresentar um candidato a sucessor. Ou seja, a carreira desse admirador declarado de Lula e aliado da ditadura venezuelana não foi das mais longas – mas ajudou a mergulhar ainda mais o Peru numa crise econômica e institucional.

Para complicar um pouco mais a situação de Ollanta Humala, em dezembro de 2016 o Departamento de Justiça dos Estados Unidos informou que a empreiteira brasileira Odebrecht havia subornado autoridades de 12 países para ganhar licitações de obras de infraestrutura. A construtora teria transferido pelo menos US\$ 29 milhões – cerca de R\$ 160 milhões, em valores atualizados – como propina a servidores públicos, de 2005 a 2014. E, depois do Brasil, o Peru foi o segundo país mais afetado pelos desdobramentos da Operação Lava Jato.

As investigações da Lava Jato alcançaram Humala: ele e a esposa, Nadine Heredia, foram condenados por lavagem de dinheiro, financiamento ilegal de campanha e ocultação de compras de imóveis com dinheiro da Odebrecht. Humala foi acusado pelo Ministério Público de lavagem de dinheiro por receber contribuições ilegais de US\$ 3 milhões (cerca de R\$ 15 milhões) para a campanha que o levou ao poder.

Em 2022, o caso ainda estava sendo julgado pelo Tribunal Penal peruano e envolvia outros nove réus, entre eles Ilán Heredia e Antonia Alarcón, respectivamente irmão e mãe da ex-primeira dama. Humala é o primeiro de quatro presidentes levado efetivamente a julgamento pela trama de corrupção da Odebrecht no Peru, mas outros três presidentes foram destituídos: Pedro Pablo Kuczynski (2016-2018), Alan García (2006-2011) e Alejandro Toledo (2001-2006).

O desdobramento mais dramático da Lava Jato no Peru foi o suicídio, em abril de 2019, de Alan García, depois de ter sua prisão preventiva decretada.

Em 2022, Kuczynski, do partido Peruanos pela Mudança, cumpria prisão domiciliar – após renunciar em março de 2018, às vésperas de seu *impeachment* aprovado pelo Congresso devido ao caso Lava Jato. E, ao que tudo indica, continuou negando quaisquer vínculos com a Odebrecht.

Já Alejandro Toledo, do partido Peru Possível, continuou em prisão domiciliar em Palo Alto (Califórnia, Estados Unidos), aguardando a decisão do governo norte-americano sobre sua extradição – solicitada pelo governo peruano, depois que um Tribunal da Califórnia autorizou a medida em setembro. O MP peruano o acusa de ter recebido US\$ 20 milhões (cerca de R\$ 110 milhões) em subornos da Odebrecht, em troca de contratos de obras públicas ao longo de seu mandato.

Em defesa do ex-presidente Ollanta Humala, o ex-procurador anticorrupção do Peru, Julio Arbizú, disse:

“Existem redes de crime organizado. Na prática, são várias organizações que confluem em seus interesses e se infiltram nos espaços de decisão de políticas públicas. Financiam campanhas políticas e logo têm seus representantes no parlamento, no Executivo. A solução passa por constituir equipes de investigação de elite, à medida que se realize uma reforma da administração pública”.

Mesmo defendendo Humala (comprovadamente envolvido no esquema de corrupção do chavismo e do lulismo), Arbizú parece plenamente consciente do modo de operação do Foro de São Paulo. A descrição acima, sobre os esquemas de corrupção nos meandros da política peruana, é em tudo *idêntica* ao sofisticado esquema de corrupção celebrado pelos países, políticos e organizações com um objetivo em comum: transformar a América Latina numa Grande Pátria Socialista.

CONEXÃO BRASIL-HONDURAS

10. Das profundezas de uma crise sem fundo

“Honduras”, em espanhol, quer dizer “profundezas” – e os exploradores espanhóis certamente batizaram o novo território fazendo clara alusão às águas profundas do litoral do país e aos vales que predominam em sua topografia. Mas, no pequeno país da América Central, o que parece não ter fundo é o fosso de instabilidade, crise e incerteza quanto ao futuro. Onde os expoentes do Foro de São Paulo deixam sua marca, a “grama verde da democracia” dificilmente volta a crescer.

Comum em praticamente todos os países latino-americanos, a onda de conflitos políticos e sociais de Honduras tem raízes históricas, e remonta à década de 1820, quando a região estava sob o domínio do imperador mexicano Agustín de Iturbide. Em 1824, Honduras liderou a República Federal das Províncias Unidas da América Central, que durou até 1838. Em 5 de novembro desse mesmo ano, Honduras proclamou a sua independência do Império

Espanhol, mas mergulhou num ciclo de instabilidade, pontuado por uma sequência de *tiranetes* e caudilhos.

No século XX, Honduras não se livrou dos conflitos políticos, que ocorriam também em outros países da América Central. Com a chegada da década de 1980, o pequeno país viveu às voltas com uma série de guerras civis nos vizinhos Nicarágua e em El Salvador. Em 1982, promulgou uma nova Constituição, supostamente mais democrática, mas que na prática não saiu do papel.

A década de 1990 afundou a pequena Honduras numa proverbial “crise de violência sem precedentes” por conta da proliferação de atividades narcoguerrilheira. A polícia e as forças de segurança, tradicionalmente frágeis, não conseguiram fazer frente ao avanço dos narcotraficantes – e o resultado se traduziu em dezenas de assassinatos e milhares de violações aos direitos civis.

Foi nesse ambiente de caos que Manuel Zelaya surgiu no horizonte político como candidato à presidência. Sua principal bandeira eleitoral era o combate à criminalidade e a redução da violência. Zelaya prometia dobrar literalmente o número de policiais (de nove mil para 18 mil agentes) e implementar um programa de reeducação entre gangues de traficantes rivais.

Manuel Zelaya foi presidente de 27 de janeiro de 2006 a 28 de junho de 2009 (quando foi destituído pela Suprema Corte e exilado pelo exército hondurenho). Durante esse período, tudo o que conseguiu foi multiplicar a criminalidade e a violência.

Além de político incompetente, Zelaya era uma figura folclórica. Fazendeiro rico, ligado à aristocracia rural do país, após a eleição se confessou convertido ao marxismo – e, sem perder a oportunidade, tentou se reeleger como uma imitação apressada de Hugo Chávez e Evo Morales, desrespeitando abertamente a Constituição hondurenha. Só não levou seus planos adiante porque foi impedido em 2009 graças a uma intervenção da Suprema Corte e à tenacidade do Exército, que o obrigou a se exilar na Costa Rica.

Com Lula presidente e amparando-se na força econômica e política dos chefes do Foro de São Paulo, nosso Itamaraty resolveu patrocinar o retorno de Zelaya à Presidência, fazendo com que voltasse clandestino à capital Tegucigalpa e se exilasse na embaixada brasileira. Zelaya permaneceu ali durante quatro inúteis meses. Um dos poucos resultados concretos da operação foi expor o Brasil a uma onda internacional de chacotas.

Eis, em breves linhas, como o episódio se desenrolou:

Zelaya tentou realizar uma consulta popular bastante suspeita: a ideia era perguntar se aceitavam que as próximas eleições, em novembro de 2009, representassem simultaneamente a criação de uma Assembleia Constituinte *que alterasse a Constituição e incluísse a reeleição* – o que é claramente proibido pela Lei Máxima hondurenha. Pequeno em número mas firme nos propósitos, o Exército conseguiu afastá-lo do poder, impedindo a tragédia anunciada.

Inicialmente, a comunidade internacional, inclusive as Nações Unidas, considerou o ato como um golpe de Estado, e criticou duramente o novo governo liderado por Roberto Micheletti. Mas, surpreendentemente, os passos seguintes demonstraram que as autoridades civis e militares de Honduras conseguiram a aplicação integral da Constituição.

O oportunismo (também chamado *sutilmente* de “casuísmo”) é um dos traços mais marcantes da política do nosso continente. Apesar de eleito por um partido de direita, e com um programa também de centro-direita, Zelaya promoveu reformas econômicas e sociais consideradas de esquerda, num caso raro (talvez inédito?) de mudança brusca do espectro ideológico em Honduras. Certamente, a guinada incluía a hipótese de se perpetuar no poder, pagando o tributo de ser um fantoche do Foro de São Paulo.

A estratégia acabou sendo um verdadeiro tiro no pé. Zelaya perdeu o apoio da elite econômica hondurenha, enquanto setores políticos conservadores se alinharam firmemente como opositores. Afinal, ele estava se aproximando de Hugo Chávez, com a adesão de Honduras à ALBA – a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (Tratado de Comércio dos Povos), mas sobretudo com seus ataques verbais aos Estados Unidos e ao setor empresarial. Zelaya conseguiu a proeza de perder respaldo *inclusive dentro próprio partido*.

E, certamente, não poderia faltar a “cereja do bolo”: seu governo *adotou uma política econômica de cooperação com o governo petista brasileiro*, no caso da produção de biocombustíveis.

Quando Zelaya caiu, em junho de 2009, seus opositores políticos disseram que o ex-presidente tinha por modelo e inspiração o ditador venezuelano Hugo Chávez. No entanto, Rodolfo Pastor, o ministro da Cultura do governo afastado de Honduras, garantiu à imprensa que o modelo predileto de Zelaya, era “o presidente Luiz Inácio Lula da Silva”. Seja como for, nos meses seguintes à sua queda, a oposição interina de Honduras o acusou sistematicamente de conluio com o líder venezuelano...

(Pequenas diferenças à parte, no fim das contas Lula e Chávez são farinha do mesmo saco, quer dizer, membros do *mesmo Foro*. Aliás, no próprio ano de 2009, Rodolfo Pastor confirmou que Zelaya sempre se sentiu mais atraído pela forma de trabalhar do líder brasileiro – inspirando-se nos programas petistas de combate à fome no Brasil.)

A verdade é que, durante seu governo, Zelaya recebeu vários conselheiros e ideólogos de Lula, enviados ao país caribenho com o objetivo explícito de o ajudar nos programas de governo. Na época, até Marco Aurélio Garcia, o assessor especial da Presidência, visitou Tegucigalpa.

Na opinião de Rodolfo Pastor, a tentativa de associar Zelaya a Chávez foi um exagero promovido pelos grupos de oposição que ele acusou de controlarem os meios de comunicação locais. O ministro afastado não negou que existia um elo forte entre os dois líderes – e que foi justamente isso o que fez com que Honduras integrasse a ALBA, a aliança comercial comandada pela Venezuela que conta ainda com Antígua, Bolívia, Cuba, Equador, República Dominicana, Nicarágua e São Vicente. Segundo Pastor,

“...é um nexos que existe. O presidente Zelaya trouxe o presidente Chávez ao país para firmar, em um ato público, a adesão de Honduras ao convênio da ALBA. E através deste convênio, o presidente resolveu problemas que são estratégicos ao país”.

De resto, o próprio Pastor admitiu a aliança bolivariana com Chávez:

“O presidente resolveu o problema de abastecimento do petróleo graças a um valor preferencial oferecido pela Venezuela. A relação com o presidente Chávez era uma relação estratégica, mas nunca pudemos explicar à população que era apenas isso, e nada mais. Mas essa aproximação foi apresentada ao povo hondurenho como uma relação perigosa”.

Sobre a proposta de Zelaya para o referendo oportunista (para a implantação de um sistema de reeleição permanente no país), Pastor divagou:

“Não sei se isso começou na Venezuela. Desde os dois anos, fui criado nos Estados Unidos. E lá, em todas as eleições, há possibilidades de referendos sobre propostas específicas, que podem ser desde o matrimônio homossexual até o aborto. Não dá para pensar que o plebiscito ou que a pergunta direta ao eleitorado seja algo inventado por venezuelanos”.

No entanto, já na época da crise, o ex-ministro se mostrou cético quanto às chances de estabilização política do país, no caso de um eventual (improvável) regresso de Zelaya:

“As pessoas estão mantendo expectativas difíceis de serem cumpridas. E o nível de confrontação no país está muito alto. A única coisa que posso antever é mais violência. Nunca se sentiu em Honduras um risco de guerra civil. Hoje, infelizmente, existe esse perigo. Porque há uma ampla base social para as duas posições, que estão completamente polarizadas”.

O fato é que as denúncias de Hugo El Pollo Carvajal confirmaram o que o ex-ministro tentava negar: os laços de Manuel Zelaya com a Venezuela eram sólidos – e abrangiam projetos ambiciosos.

Na carta ao juiz espanhol Manuel García-Castellón, Carvajal mencionou claramente o nome de Manuel Zelaya na lista dos partidos e governos financiados com o dinheiro proveniente do narcotráfico, e que era movimentado pelo governo chavista. Um esquema que – não custa repetir – funcionou durante 15 anos.

Curiosamente, em 27 de novembro de 2020, Zelaya foi detido no aeroporto internacional de Toncontín com US\$ 18 mil dólares não declarados. O ex-presidente afirmou à imprensa que dinheiro *não era seu* – mas tinha sido “plantado” em seus pertences:

“Não sei a origem desse dinheiro. Obviamente alguém deve ter colocado na minha bagagem. Já viajei 400 vezes e sei que não se pode viajar com tanto dinheiro. É preciso investigar quem colocou esse dinheiro para me comprometer”.

Em Honduras, as leis que visam controlar o tráfico e a lavagem de dinheiro permitem que no máximo US\$ 10 mil sejam retirados do país, desde que devidamente declarados às autoridades. O fato de Zelaya ter sido flagrado com uma quantia de dinheiro acima da permitida teria sido um descuido? Ou mais uma prova das denúncias de Carvajal?

Segundo o testemunho de um porta-voz do Ministério Público de Honduras, o ex-presidente foi liberado:

“O que está acontecendo é o que a lei diz: documentar (o que aconteceu) e, depois de declarar e assinar uma papelada dizendo que o dinheiro não era dele, o ex-presidente Zelaya pôde ir (embora) facilmente”.

Pouco depois de ser solto pelas autoridades hondurenhas, Manuel Zelaya afirmou à mídia local que planejava viajar para Houston, Texas, como simples escala antes de seu destino final, o México – onde faria uma conferência. Zelaya, o vira-casacas aliado do finado Hugo Chávez e denunciado por Hugo Carvajal como membro de um dos maiores (possivelmente, o maior) esquemas de corrupção do continente, continuava ativo na política de Honduras.

Qualquer semelhança com a história de Lula, que, à frente do Foro de São Paulo, usou o dinheiro do contribuinte brasileiro para fins mais escusos, conforme revelado pela Lava Jato, convenhamos: *não é mera coincidência.*

CONEXÃO BRASIL-COLÔMBIA

11. O silêncio dos insolentes

“Tanto o Brasil quanto a Colômbia são prioridades do governo venezuelano”.
Hugo El Pollo Carvajal

Além da exuberante floresta amazônica, que no caso do país vizinho chega a ocupar metade de seu território, Colômbia e Brasil têm outros elementos em comum: a condição de sermos os países mais conservadores da América do Sul, mas também – e esta é a má notícia – a existência de uma aliança espúria entre o narcotráfico e a militância de esquerda.

Se no Brasil tivemos o financiamento do Partido dos Trabalhadores por uma poderosa organização ligada ao tráfico, como o PCC, segundo delação do petista Marcos Valério, na Colômbia a situação é ainda mais grave. Lá, as duas atividades têm andado *literalmente* de

mãos dadas. Durante mais de 50 anos, as FARC's acumularam as duas atividades: lutar para implantar o socialismo; e produzir e comercializar cocaína – aproveitando-se, aliás, da exuberância tropical da Floresta Amazônica, que serve aos guerrilheiros tanto de abrigo quanto de campo de batalha.

“*A Colômbia nunca teve um presidente de esquerda*”: esta foi uma das frases mais repetidas pela imprensa de oposição, ao longo da campanha presidencial no primeiro semestre de 2022. De fato, no passado a Colômbia contou com alguns líderes um pouco mais “avançados”, mas nunca foi liderada por políticos revolucionários, como o México ou a Bolívia, por movimentos populares como o peronismo na Argentina, nem por um socialista, como Salvador Allende no Chile.

O Brasil, por sua vez, também teve alguns períodos de governo esquerdista (como o Estado Novo de Getúlio Vargas e as duas décadas de desmandos tucano-petistas).

(Cabe registrar que, nos anos 1930 e 1940, a Colômbia teve o presidente mais *progressista* de sua história: Alfonso López Pumarejo, do Partido Liberal, que abriu espaço para sindicatos no governo e lançou as bases para uma reforma agrária. Mas o fato é que seu projeto da Revolução em Movimento, inspirado no New Deal americano, pós-crise financeira de 1929, nunca foi posto em prática de fato.)

Mesmo assim, apesar de ter uma democracia e uma economia estáveis, a Colômbia enfrentou durante mais de cinco décadas o assalto sistemático de uma das mais violentas guerrilhas da América Latina. Houve nada menos do que *seis* grupos, os mais notórios dos quais foram as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, as famigeradas FARC's – a mais longa –, e o M-19, do qual vamos falar logo adiante.

Certamente, outra forte razão da estabilidade política da Colômbia é o poder da direita local, alimentada pela presença tradicional do cristianismo, nas Igrejas e no sistema educacional. Tudo isso, somado, produziu uma população conservadora – não só na política, mas também nos valores e nos costumes.

Infelizmente, esta conjuntura está correndo o risco de se tornar – ao menos *temporariamente* – “coisa do passado”. Em 19 de junho de 2022, o comunista Gustavo Petro, de 62 anos, venceu o segundo turno das eleições presidenciais na Colômbia. Até segunda ordem, pode-se dizer que o Brasil, presidido por Jair Bolsonaro, ficou isolado na defesa do conservadorismo em nosso continente.

A biografia de Gustavo Petro é bem típica e “didática” – e por isso mesmo bastante preocupante. O novo presidente eleito tinha apenas 17 anos quando ingressou no Movimento 19 de Abril, o M-19, segundo grupo terrorista mais atuante na Colômbia. Essa militância no grupo norteou toda a sua carreira política: Petro nunca se desligou da guerrilha, nem mesmo no período em que estudou e se formou em Economia, em Bogotá.

Em 1990, o M-19 se transformou em partido político, com o nome de Aliança Democrática M-19. Petro foi um dos fundadores e, militando pela legenda, teve participação ativa na redação da nova Constituição da Colômbia. Em 1991, elegeu-se deputado (por quatro anos, como no Brasil) e, depois de uma temporada de dois anos como funcionário da embaixada colombiana na Bélgica, cumpriu um segundo mandato como deputado de 1998 a 2001.

Era apenas o começo. Petro alcançou maior destaque político como senador de 2006 a 2010 – tendo sido o terceiro mais votado do país. Garimpando e divulgando denúncias de corrupção, ele angariou grande popularidade, que cresceu cada vez mais com novas delações: sobre vínculos entre políticos e facções criminosas; e sobre esquemas ilegais envolvendo o então presidente Álvaro Uribe. Tudo isso culminou numa primeira candidatura à Presidência em 2010, quando obteve pouco mais de 9% dos votos.

Mesmo assim, a derrota já dava sinais de que as bases do conservadorismo colombiano estavam de certa forma “comprometidas”. Basta acompanhar os passos seguintes da trajetória de Gustavo Petro. Pouco depois, ele venceu as eleições para a Prefeitura de Bogotá, onde ajudou a criar uma Secretaria da Mulher e a implantar “avanços sociais” nas áreas de saúde, emprego e redução de pobreza durante sua gestão.

Em 2018, concorreu novamente à Presidência, sofrendo críticas e ataques por seus laços de amizade com o àquela altura já falecido Hugo Chávez. Acusado pela oposição de “querer transformar o país numa Venezuela” (o que era a mais pura verdade), perdeu no segundo turno para Iván Duque. Até que finalmente, em 2022, consagrou-se presidente no segundo turno, com 11,28 milhões de votos (50,44%), contra Rodolfo Hernández. Sua vice-presidente é também “emblemática”: Francia Márquez, primeira mulher “afro-colombiana” da classe trabalhadora a assumir um posto tão alto na Colômbia.

Com um prontuário político desses, não é nenhuma surpresa que Gustavo Petro tenha sido incluído no rol de delações de Carvajal. Nem é surpresa também que, às vésperas do primeiro turno das eleições colombianas (maio de 2022), Luiz Inácio Lula da Silva tenha enfatizado o nome dele, num comício para sua militância. Chamando-o explicitamente de “companheiro Gustavo Petro”, Lula convocou a plateia de seu evento para o que ele definiu como um “minuto de ação internacionalista”: levou-a a repetir em coro as seguintes palavras de ordem que seriam gravadas e enviadas ao candidato colombiano:

“Nós, trabalhadores e trabalhadoras brasileiros, estudantes, representantes de todos os movimentos sociais do Brasil, que lutamos para recuperar a democracia brasileira e derrubar um governo fascista em outubro deste ano, queremos pedir ao povo trabalhador da Colômbia, aos estudantes da Colômbia, aos estudantes da Colômbia, aos movimentos sociais da Colômbia, a todos aqueles que defendem a democracia, que no dia da eleição colombiana [no próximo domingo] que votem no companheiro Gustavo Petro para presidente da

Colômbia, para que a partir de outubro deste ano Colômbia e Brasil possam se unir com outros países da América do Sul para construir uma América do Sul forte, com integração política, econômica e cultural, para que tenhamos um bloco muito forte para negociar com os outros blocos do mundo inteiro. Gilberto Petro é a certeza de que a Colômbia será democrática depois das eleições!” (transcrito, com mínimas correções, de <https://youtu.be/i104WXm5TTI>)

Longo, previsível e cheio de clichês, o recado de Lula é um retrato fiel dos planos comunistas do Foro de São Paulo: edificar uma Grande Pátria Socialista que ignore (e desrespeite) as diferenças e fronteiras entre as nações sul-americanas. Nesse sentido, o “fenômeno Gustavo Petro” é um ótimo alerta. *Nunca* devemos subestimar as intenções e estratégias dos inimigos da democracia e do sistema capitalista.

Porém, se a “serpente comunista” só apareceu recentemente no ninho de cobras exposto por Carvajal, seus ovos já vinham sendo chocados há mais tempo. Em meados de 2008, por exemplo, a revista colombiana *Cambio* (“Mudança”, em espanhol) divulgava documentos entregues por Álvaro Uribe a seu colega brasileiro Lula, alertando para os contatos de integrantes do Governo brasileiro e do PT (o famigerado Partido dos Trabalhadores) com as FARC.

Os documentos incluíam a transcrição de dezenas de *e-mails* encontrados no computador do líder guerrilheiro Raúl Reyes, morto em março daquele ano num ataque do Exército colombiano a seu acampamento no Equador. Eram parte de uma longa correspondência trocada de 1999 até fevereiro de 2008 com figuras-chave da guerrilha: o líder Manuel Marulanda; o chefe militar Mono Jojoy; o representante das FARC no Brasil, Oliverio Medina, e dois homens identificados apenas como Hermes e José Luis.

Na época, o assessor especial da Presidência para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia, negou tantas evidências, admitindo ser apenas uma troca de informações – “todas irrelevantes”. Mas não era bem assim: num *e-mail* de 2006, Medina disse a Reyes que poderia receber a visita de um assessor especial de Lula – alguém chamado Silvino Heck que, junto com o chefe de gabinete Gilberto Carvalho, era um homem-chave naquela aliança.

A lista de nomes citados no relatório é extensa e variada: aparecem, por exemplo, o deputado distrital Paulo Tadeu (PT) e vários membros do Sindicato dos Servidores da Companhia Energética de Brasília (CEB). E também nomes mais relevantes, como o do chanceler Celso Amorim e o do líder do Partido dos Trabalhadores Plínio de Arruda Sampaio (1930-2014). Na época, todos negaram envolvimento.

Aliás, desconversar e confundir são coisas que fazem parte da estratégia comunista, em seu avanço sistemático rumo ao poder. Numa entrevista ao jornal colombiano *Semana*, logo após a vitória, Gustavo Petro reafirmou a conhecida *ladainha* de que atualmente palavras como *direita* e *esquerda* perderam o sentido de antes, não funcionando mais como boas definições de orientação política...

Na ocasião, Petro aproveitou para criticar Nicolás Maduro e enaltecer a figura emblemática de Hugo Chávez, destacando no falecido presidente a tentativa (embora fracassada) de “desligar a Venezuela do petróleo”. E, ao que parece, Petro pretende repetir na Colômbia os erros de Chávez.

Na verdade, os laços entre Petro e Chávez vão muito além das afinidades ideológicas ou programáticas. Basta mencionar que, em 1994, Gustavo Petro foi o anfitrião de Hugo Chávez, em sua primeira visita à Colômbia. E, embora nos últimos anos ele venha tentando se distanciar do regime de Nicolás Maduro, em 2016 viajou a Caracas – ao que tudo indica, em busca de apoio para sua candidatura presidencial de 2018, a que perdeu para Iván Duque.

Uma informação importante ainda foge às investigações: a quantia exata que o chavismo *investiu* em Petro.

A polêmica sobre o possível financiamento pela Venezuela das campanhas de Petro já duravam muitos meses, mas ganhou destaque poucas semanas antes do pleito de 2022, onde o candidato apareceu nas pesquisas como favorito. Consta que Gustavo Petro solicitou pessoalmente ao Supremo Tribunal Federal a abertura de um inquérito para “refutar” Carvajal.

Pelo visto, deu certo. O próprio embaixador colombiano em Madri, Luis Guillermo Plata, participou dessas negociações, como informa a advogada de Carvajal:

“Ele (Carvajal) diz que há muitas coisas que ele sabe que são mais diplomáticas do que judiciais. Então, seria interessante conversar com o embaixador para tratar de assuntos de segredos de Estado, que são mais diplomáticos do que judiciais”.

Pelo que ele mesmo anunciou em ameaças preliminares, o fato é que Hugo *El Pollo* Carvajal tinha muito a dizer. Mas, por falta de um acordo que o beneficiasse, obviamente, preferiu o silêncio no depoimento virtual para a Corte colombiana.

Enquanto isso, quem saiu perdendo foi a democracia da Colômbia. E quem sai vencendo é a esquerda latino-americana, ao fincar sua bandeira em mais um ponto estratégico do nosso mapa.

12. M5S: cinco estrelas, e milhares de seguidores

Com seu mapa em formato de “bota” chutando uma pequena ilha (a região autônoma da Sicília), não são poucos os que veem na Itália o *pontapé* inicial da civilização ocidental. Mais até do que o mapa-múndi, sua própria História alimenta com fatos esta ideia. Afinal, a capital Roma foi por muitos séculos o centro político e religioso da civilização ocidental – como sede do Império Romano e, para parte expressiva dos cristãos, a matriz da Santa Sé, com o Vaticano.

Foi também a partir de Roma que, depois da queda do Império, a Idade Média disseminou pela Europa a figura emblemática do *bobo da corte*. Também chamado de *bufão*, seu papel nos palácios ia muito além de divertir e arrancar risadas: sentado ao lado do rei, o bobo servia para lembrá-lo de que todo monarca estava sempre a um passo do cômico e do ridículo.

Em *Rei Lear*, uma das mais famosas peças do inglês William Shakespeare, há um diálogo sugestivo entre o bufão e o rei do título:

“BOBO – Se eu não fosse o teu bobo, eu te daria uma surra por teres ficado velho antes do tempo”.

REI LEAR – Como assim?!

BOBO – Sim, a culpa é do tempo. Não devias ter envelhecido antes de te tornares sábio”.

Contrariando esta sábia tradição, infelizmente vemos na Itália contemporânea um outro tipo de bufão – um bobo da corte que abriu mão do papel de dar conselhos engraçados e úteis aos poderosos, preferindo bajulá-los em causa própria.

Acredite, leitor: este falso bobo da corte existe. Seu nome é Giuseppe Piero Grillo, mais conhecido como *Beppe Grillo*, um comediante que também seguiu carreira na política italiana e acabou se tornando uma das peças-chave para entender os mecanismos corruptos do Foro de São Paulo na Europa.

Durante a década de 1980, Grillo tinha feito bastante sucesso na televisão italiana, com um programa humorístico em que mostrava ao público italiano aspectos curiosos da vida nos Estados Unidos e no Brasil. Mais tarde, aproveitou-se da grande popularidade para se lançar na política: em 2009, fundou o Movimento 5 Estrelas (M5S), plataforma populista de extrema-esquerda, para supostamente combater a classe política tradicional, sobretudo a política econômica dos governos de Silvio Berlusconi e Mario Monti – e que acabou se tornando o partido político mais popular da Itália.

Em 13 de setembro de 2018 (quando Lula estava preso em Curitiba), Beppe Grillo bradou nas redes sociais que Lula era “vítima de um golpe”, fazendo eco ao Partido Democrático

(PD), de centro-esquerda. Lula havia sido “vítima de uma perseguição política”, dizia Grillo em seu blog, porque no Brasil um “golpe de Estado” estava em curso! Comediante de carreira, dá para ver que Grillo se afastou da rotina diuturna do M5S, mas continuou sendo o principal rosto do movimento, que desde 2018 tenta costurar alianças para assumir o governo do país.

Certamente, há uma forte ligação entre o Movimento 5 Estrelas, que apoia Lula, e o PT, que Lula controla: ambos têm financiamento direto de Maduro, de acordo com denúncias. E, tanto em um quanto no outro, encontraremos a impressão digital de *El Pollo*.

O responsável pelo envio do dinheiro de Maduro à Europa foi *Tareck Zaidan El Aissami Maddah* – político venezuelano com muitos serviços prestados ao bolivarianismo: de 4 de janeiro de 2017 a 14 de junho de 2018, foi vice-presidente de Nicolás Maduro; de 2008 a 2012, foi Ministro do Interior e Justiça de Hugo Chávez; e, de 2012 a 2017, governador de Aragua, na região centro-norte da Venezuela.

Banido permanentemente dos Estados Unidos desde 2017, por seu envolvimento com o tráfico de drogas e violações dos Direitos Humanos, El Aissami tem sido acusado de participar de corrupção, lavagem de dinheiro e tráfico de drogas. Mas ele nega as acusações.

Na mesma época em que Grillo se manifestou (setembro de 2018), Mateus Salvini, representante do conservadorismo italiano, e principal líder conservador do país, fazia o contraponto crítico:

“Lula merece 12 anos de cadeia por corrupção. Sem falar em seu papel na decisão de dar asilo e permanência a Cesare Battisti, pois foi graças a uma decisão dele, nos últimos dias de seu segundo mandato, que Battisti recebeu abrigo político no Brasil”.

Enquanto isso, em seu *blog* da internet, o palhaço Beppe Grillo denunciava a decisão do então juiz federal Sergio Moro de enviar Lula para uma cela especial da SPF em Curitiba,

“Um só grito está emanando das ruas das cidades brasileiras. Um grito potente, libertador, que pede justiça, que acompanha os cantos, as lágrimas, as vozes em uníssono, de um povo que repete ininterruptamente: ‘Lula presidente, guerreiro do povo’. Luiz Inácio Lula da Silva, ex-presidente do Brasil, símbolo de esperança, coragem e honestidade, preso por não ter cometido nenhum crime”.

E acrescentava, num tom calculadamente meloso:

“Lula representa essa enorme parcela da população pobre que não tem voz, direitos nem visibilidade, em conflito perene com os poderes fortes”.

Com o título de *Lula vale a luta* (em português mesmo), Grillo aproveitou que seu *blog* tinha um número recorde de visitas entre os internautas italianos para alardear que o juiz Sérgio Moro tinha condenado o ex-presidente para o impedir de participar das eleições em 2018.

Grillo ainda acusou o então presidente Michel Temer de “privatizar tudo o que fosse possível”, incluindo o pré-sal, “um verdadeiro tesouro para o Brasil”!

Na ocasião, o M5S tinha cerca de 35% do Parlamento e tentava angariar aliados para assumir o governo nacional pela primeira vez – o que o faria lidar diretamente com Temer em assuntos bilaterais, como a extradição de Cesare Battisti.

O bobo da corte caprichou, na conclusão melodramática:

“Lula vale a luta, como demonstração de solidariedade a este grandíssimo homem, do olhar bom, de mãos fortes de metalúrgico e com um coração que sempre bateu pelos mais vulneráveis; fortemente amado por seu povo e, por isso, bloqueado pelos lobbies do poder, vítima de uma perseguição política à luz do dia. Que diferença há entre o que ocorreu e um golpe de Estado?”.

Dentro do mesmo estilo populista, a imprensa italiana simpática à esquerda fez eco, dizendo que “Roma forneceu muitos dados sobre esse fenômeno incontrollável”. O eleitor do M5S, partido fundado pelo comediante Beppe Grillo e pelo empresário da comunicação Gianroberto Casaleggio (1954-2016), não é impermeável à realidade – mas se caracteriza por ser altamente influenciável pelas aparentes novidades. É nessa linha que está apostando Andrea Natoli, 41 anos, dono uma pequena empresa jornalística e que desde o primeiro dia segue o *blog* do M5S:

“Grillo é a última ‘ameaça’ democrática. Quero votar em alguém que pelo menos ainda não roubou. Prefiro um incompetente a um ladrão. A política é hoje como um estádio, aqui só há torcedores da esquerda ou da direita. Falta uma ideia objetiva, mais prática”.

Em 3 de maio de 2018, outra reportagem italiana falava sobre o entusiasmo gerado pela popularidade (na verdade, pelo *populismo*) do Movimento 5 Estrelas:

“O M5S já não é um experimento. Tem hoje 45 prefeituras, 15 eurodeputados, 92 deputados nacionais, 36 senadores, 1.700 vereadores e milhares de seguidores. Sua lógica funciona por outros caminhos. Quanto mais cansaço existe com o sistema político – e Roma é a quintessência dessa exaustão –, mais vibrante é seu pulso eleitoral. Um terço dos seus votantes tem menos de 35 anos, e seu espectro ideológico se reparte quase simetricamente entre a direita e a esquerda”.

País envelhecido em termos demográficos e institucionais, a verdade é que a Itália tem demonstrado desde 2019 uma recusa viral à velha política, sobretudo entre os eleitores mais jovens. Diante do alto índice de desemprego juvenil (que atingiu os 36% em 2021), um terço dos eleitores que votam pela primeira vez já mostraram sua intenção de optar por um partido com o selo da *Inovação*.

(Por sinal, “novidades” não faltam ao M5S: ele foi o primeiro partido a nascer de um blog; o primeiro na Europa a *supostamente* não seguir uma cartilha ideológica; e o precursor em ganhar eleições sozinho. A propaganda fez efeito.)

Cabe destacar que a Itália tem um papel fundamental em relação aos acontecimentos recentes que envolvem a Venezuela. Durante as denúncias feitas já na prisão espanhola, Hugo *El Pollo* Carvajal ressaltou o papel relevante dos colaboradores italianos com o chavismo – e, consequentemente, com o Foro de São Paulo.

Na Venezuela chavista, havia uma tríade de homens fortes, eminências pardas de Hugo Chávez, que representavam a alta cúpula dirigente dos projetos de expansão do bolivarianismo no continente sul-americano: além de *El Pollo* Carvajal, chefe da inteligência, podemos citar o colombiano Alex Saab, administrador das empresas de Maduro; e o venezuelano Rafael Ramirez, o “Czar” do petróleo no país.

Presidente da PDVSA de 2004 a 2014, Ramirez certamente guarda muita informação sobre os bastidores dos esquemas de corrupção do chavismo na América do Sul e na Europa também. Tendo rompido com Maduro em 2017, renunciou ao cargo de embaixador da Venezuela na ONU. Buscou abrigo político na Itália, casou-se com uma italiana e pouco depois já se destacava na mídia criticando publicamente a gestão do atual presidente venezuelano. Graças às suas prerrogativas, a Justiça italiana negou sua extradição, solicitada por Nicolás Maduro. Em julho de 2021, conseguiu obter o status de “refugiado” na Itália, sob o argumento de perseguição política.

Como se pode perceber, *no momento em que escrevo este livro* (2022), o papel da Itália se tornou estratégico e fundamental, em todo o *imbróglío* que envolve *El Pollo*, Lula, Chávez, Petrobrás, PDVSA e PT.

Nas atividades criminosas, as coisas estão sempre interligadas. Por isso, em julho de 2021, a Procuradoria de Milão emitiu uma “ordem de investigação” – em outras palavras, um pedido para interrogar Hugo Carvajal. O Governo italiano queria conhecer mais detalhes sobre o financiamento ilegal do Movimento 5 Estrelas (M5S). E, como Beppe Grillo é amigo pessoal de Lula, há uma relação direta entre o PT e o M5S.

Segundo o depoimento de *El Pollo*, o chavismo enviou 3,5 milhões de euros para financiar os movimentos de esquerda na Itália. Foi motivo mais do que suficiente para a Justiça Italiana querer interrogar Carvajal.

Ainda em julho de 2021, a Itália realizou um dos maiores julgamentos do país envolvendo o narcotráfico. Desta vez, o alvo foi a violenta máfia *Ndrangheta*, atuante na região da Calábria. Conhecida também por outros nomes (como Famiglia Montalbano, Onorata Società e Picciotteria). Embora não tão famosa quanto a siciliana *Cosa Nostra*, atualmente é uma das mais ricas e poderosas organizações criminosas do Ocidente. Aliás, a Justiça Italiana já condenou 70 membros da *Ndrangheta*, que controla a maior parte da cocaína que chega à Europa.

Em maio de 2021, um dos chefes da *Ndrangheta*, Rocco Morabito, foi detido em um hotel de um bairro luxuoso de João Pessoa, na Paraíba, em uma operação internacional, com cooperação entre as polícias brasileira, norte-americana e italiana.

Ele era um dos homens mais procurados da Europa, conhecido como o rei da cocaína em Milão. Rocco é acusado de manter negócios com o crime organizado brasileiro desde a década de 1990. Segundo as investigações, ele tem uma forte ligação com o PCC. O mafioso é um dos principais parceiros dos traficantes brasileiros no envio de cocaína para a Europa. Antes da Paraíba, ele passou por São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, sempre usando documentos falsos. Em março de 2022, ele foi extraditado pelo governo Bolsonaro para a Itália.

(Em recente declaração do senador recém-eleito Sérgio Moro, em uma coletiva de imprensa ao lado do presidente Bolsonaro, ele questionou: por que a gestão do PT nunca enviou os líderes do PCC para um presídio de segurança máxima?)

Nesse contexto, nada mais lógico que tanto a Justiça quanto a Máfia italianas se interessem em conferir o que *El Pollo* tem a dizer. Nenhuma “supresa”: os tentáculos do Foro de São Paulo se estendem a organizações ilegais em todo o mundo e, sempre que possível, investem os lucros do narcotráfico no financiamento de políticos, instituições e, muitas vezes, da própria mídia.

Quanto ao resto, não duvide: de bobo, Beppe Grillo não tem nada.

CONEXÃO BRASIL-ESPANHA

13. Um ‘velho fantasma’ volta à Europa

A Espanha não é apenas o maior país da Ibéria: é também o mais extenso, em todo o Mediterrâneo. Na verdade, trata-se de uma grandeza que é até mais simbólica do que geográfica – mas que nos últimos anos está ameaçada pelo velho fantasma que voltou a sobrevoar a Europa. Ele mesmo: o fantasma do comunismo.

Monarquia Constitucional que tem como chefe de Estado o rei Filipe VI, a Espanha (sobretudo seus intelectuais e sua imprensa) tem alardeado uma suposta “mudança de ares políticos”, mediante a criação de partidos que ganharam a simpatia do eleitorado com a velha promessa irresistível da “*renovação*”. Em 2014, por exemplo, os espanhóis viram nascer o Podemos (o PT espanhol), sob o comando de Juan Carlos Monedero, um professor, escritor e assessor político nascido em Madri.

Na verdade, o Podemos é fruto da estratégia política do Foro de São Paulo: seu papel é congrega intelectuais, personalidades da cultura, do jornalismo e do ativismo social para fortalecer a esquerda espanhola. Mas as atividades do partido extrapolam as fronteiras e o meio político espanhol, na medida em que tem afinidades e relações ideológicas com outros

partidos e organizações de esquerda, tanto na Europa quanto na América Latina, com resultados bastante concretos.

A militância ideológica do partido pode ser observada (pelo menos superficialmente) nas declarações de seu fundador, Juan Carlos Monedero, na época da prisão de Lula, em 2018. O líder do Podemos chegou a comparar a prisão do político brasileiro (prisão que obedeceu a todos os trâmites judiciais) com a condenação do líder sul-africano Nelson Mandela. Quando esteve na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba, Monedero declarou repetidamente em suas entrevistas:

“Esse cárcere que mantém Lula aprisionado é o mesmo que encarcerou Mandela. Nós nos lembraremos desses grandes homens, mas não daqueles que os prenderam. Esses estarão na lixeira da História. Acabo de me reunir com um homem justo e bom. Lula está preso por defender interesses de todo o país. O poder encarcera quem oferece perigo. A democracia no Brasil se chama Lula”.

O fundador do Podemos também criticou a postura do ex-juiz Sérgio Moro, que teria “condenado Lula sem provas”:

“Ninguém que defende o estado democrático de direito na Europa pode se identificar e respeitar o juiz Sérgio Moro, hoje (2019) Ministro da Justiça, recompensando por ter prendido um homem justo”.

O professor universitário e militante espanhol trouxe para os petistas a solidariedade do secretário-geral do Podemos, Pablo Iglesias, uma das principais forças progressistas europeias:

“A direita está caminhando outra vez por lugares contrários à democracia. Temos que nos fixar naquilo que nos une. Porque nossos inimigos não têm nenhum problema em cometer injustiças tão flagrantes como encarcerar o presidente Lula sem provas”.

Por fim, antes de deixar a capital do Paraná, o espanhol resumiu o sentimento após visitar Lula:

“Cheguei aqui com o sentimento de tristeza, ao ver atrás das grades um homem que é tão querido pelo seu país, mas saio contente por ter visto um homem que não vai se prostrar”.

A solidariedade de Monedero com Lula é fruto de um sentimento mais profundo do que a afinidade ideológica. O líder do maior partido da esquerda espanhola tem relações diretas com o esquema de expansão do bolivarianismo na América Latina e a atuação do Foro de São Paulo na Europa.

De 2005 a 2010, Monedero foi assessor do governo venezuelano sob o comando de Hugo Chávez – atuando diretamente com o presidente mas também no Ministério de Planificação e

no Centro Internacional Miranda (uma espécie de órgão difusor do bolivarianismo), onde foi responsável pela “formação intelectual” dos seus membros.

As denúncias de *El Pollo* à Justiça Espanhola detalharam como o Foro de São Paulo também financiou outros políticos e organizações da esquerda europeia. Por conta disso, em 28 de janeiro de 2022, o juiz Manuel García-Castellón, do Tribunal Central de Instrução da Espanha, autorizou a Unidade de Crimes Econômicos e Fiscais (UDEP) da Polícia a rastrear as contas bancárias de Juan Carlos Monedero e Carolina Bescansa, cofundadores do Podemos.

Em sintonia com outros partidos políticos sul-americanos, o Podemos (não confundir com seu homônimo brasileiro), que é o PT da Espanha e que em 2022 está no poder, recebeu dinheiro venezuelano com o objetivo explícito de ajudar o projeto de expansão do Foro de São Paulo. *El Pollo* contou que Williams Amaro, secretário de Maduro, foi o responsável por enviar as quantias à embaixada venezuelana na Espanha, por meio das famosas malas diplomáticas. Já em território espanhol, o dinheiro era entregue a Juan Carlos Monedero por Ramón Gordils, vice-ministro de Cooperação Econômica da Venezuela e presidente do Bancoex de Comércio Exterior.

Carvajal relatou que a última operação deste tipo de que teve notícia ocorreu em julho de 2017, quando Ramón Gordils retornou a Caracas em um voo da Iberia. Ele garante que tem como provar a existência desse esquema de financiamento de partidos de esquerda pelo governo venezuelano:

“Tenho informantes que testemunharam diferentes estágios dessa rede. Pedi aos meus advogados que entrassem em contato enquanto eu estava na prisão para perguntar se eles estariam dispostos a atestar meu testemunho, e alguns já concordaram em testemunhar perante um juiz”.

Segundo o jornal *Ok Diálogo*, o ex-general chavista relatou, em sua delação premiada, que entregou a Monedero milhares de dólares, tanto em malas diplomáticas quanto através de empresas de fachada venezuelanas sediadas em território espanhol.

(Nunca é demais repetir: em sua colaboração, Carvajal contou que o governo venezuelano também teria financiado *muitos* políticos da esquerda latino-americana, inclusive Luiz Inácio Lula da Silva.)

Na Espanha, o esquema criminoso de financiamento político delatado por Carvajal este a ponto de ser arquivado, após decisão da procuradora-geral Dolores Delgado, nomeada pelo atual presidente, Pedro Sánchez (que, por sinal, é do PSOE, partido de centro-esquerda e aliado do Podemos) com quem Lula se reuniu logo após a denúncia vir à tona. Mas as evidências eram fortes demais.

Segundo o relato de Carvajal, Monedero era uma espécie de arrecadador do Podemos junto à ditadura venezuelana. Para sustentar suas alegações, o ex-militar chavista entregou provas, como ordens de pagamento realizadas pela petroleira PDVSA a empresas de fachada

venezuelanas sediadas em território espanhol — método semelhante ao do nosso conhecido *Petrolão*.

Em suas denúncias, Carvajal deu detalhes:

“Meu informante recolheu o dinheiro na Embaixada de Cuba na Venezuela e o entregou a Williams Amaro, que o levou ao Hotel Meliá Caracas e o entregou a Juan Carlos Monedero. Lembro-me de um informe de uma entrega de US\$ 600 mil dólares a William Amaro, vindo da Embaixada de Cuba na Venezuela. Acompanhei essa entrega para localizar o destino da operação. De fato, Amaro chegou ao Hotel Meliá com uma mala na mão, entrou no quarto de Juan Carlos Monedero e saiu 30 minutos depois, já sem a mala”.

Em carta ao juiz García-Castellón, Carvajal reiterou que esse financiamento aconteceu desde a criação do partido espanhol, em 2014, até pelo menos julho de 2017. A legenda esquerdista também recebeu pagamentos do governo comunista cubano.

Por sinal, tudo o que envolve *El Pollo* apresenta muitas ligações internacionais. E, no caso da Espanha, não poderia ser diferente: além das delações já mencionadas, o ex-homem de confiança de Chávez apresentou uma lista com 17 nomes de integrantes do ETA (grupo terrorista espanhol) procurados pela Justiça da Espanha e que estão escondidos na Venezuela, sob a proteção de Maduro.

(Adivinhem quem está por trás dessa articulação? Ninguém menos do que o ex-presidente espanhol Felipe González, que criticou a Polícia Federal do Brasil e manteve aliança com o Lula. Nada de novo no *front* esquerdista...)

Pesquise na internet: o ETA foi um perigoso e violento grupo terrorista espanhol, que durante quase 60 anos (durou até 2018) praticou 79 sequestros, dos quais 12 resultaram em assassinato – num total arredondado de 850 pessoas. Mais de 6 mil pessoas foram diretamente atingidas na Espanha pelo grupo, que se inspirou na Revolução Cubana e sempre teve em Fidel Castro um ídolo e modelo de líder.

Sem sentir um pinga de remorso pelos crimes e atrocidades cometidos, os guerrilheiros do ETA pretendiam impor um Estado Totalitário no País Basco, e para isso tentaram desestabilizar a democracia na Espanha. Depois do fim do ETA, seus membros mais destacados não foram para a cadeia – abrigando-se na Venezuela, graças ao acordo entre González e o governo bolivariano.

Não por acaso, Felipe González foi o primeiro líder europeu a se manifestar em favor do Lula e contra a Polícia Federal – opondo-se ferrenhamente ao *impeachment* de Dilma e à prisão de Lula. Para González, o Brasil é um país-chave na América Latina e na Nova Ordem Mundial. O próprio Carvajal aponta o ex-presidente espanhol como um grande articulador.

Como dá para perceber, *El Pollo* está delatando *a conta-gotas* todos os seus antigos camaradas, justamente para atrasar sua extradição para os Estados Unidos – isso é parte quase explícita de sua estratégia jurídica. Com as denúncias de Carvajal, a esquerda

espanhola foi à loucura – e um ambiente caótico talvez facilite as coisas para nosso “Coriolano”.

Ione Belarra, ministra dos Direitos Sociais e Agenda 2030, filiada ao Podemos, declarou a necessidade da criação de alianças internacionais, e alertou:

“O que aconteceu no Brasil pode acontecer na Espanha. Temos de criar alianças mais fortes do que nunca; alianças internacionais”.

A declaração de Belarra é parte de uma tática internacional de narrativas que a esquerda está construindo. Ela se referiu a Lula para dizer que, “embora o Podemos ainda tenha uma história bastante curta sua criação tem relação intrínseca com o ‘golpe no Brasil’ e a prisão injusta de Lula. Sua luta tem sido a nossa luta”.

A tônica da narrativa é a de que os opositores de Lula usaram uma tática de *lawfare* para retirá-lo do poder. (O termo se refere ao uso de leis para eliminar um inimigo político.) Para isso, estão espalhando entre o eleitorado espanhol que Lula foi condenado injustamente, a partir do uso das leis do país enviesadas para a perseguição política. Naturalmente, acrescentam que a Espanha estaria sob as mesmas dificuldades – ou seja, o Podemos estaria sofrendo as mesmas supostas “injustiças” que os petistas sofreram no Brasil – uma narrativa absolutamente falsa.

O uso do poder judiciário para eliminar os adversários políticos da vida pública (o tal *lawfare*) foi uma narrativa *fake*, difundida pelos advogados de Lula. Recentemente, eles recorreram a essa mesma tática no Distrito Federal – mais especificamente, em 28 de janeiro de 2022, quando conseguiram que a Justiça determinasse o arquivamento do processo do Lula sobre o triplex do Guarujá:

“O encerramento definitivo do caso do triplex pela Justiça reforça que ele serviu apenas para que alguns membros do sistema judicial praticassem lawfare contra Lula. Vale dizer, para que fizessem uso estratégico e perverso das leis para perseguir judicialmente o ex-presidente, com objetivos políticos”.

Esta é a *mesma narrativa* – como se diz: “sem tirar nem pôr” – que Ione Belarra e o presidente do Podemos estão costurando na Espanha. Quando os esquerdistas espanhóis alardeiam na mídia que não querem que aconteça na Espanha o que *supostamente* aconteceu no Brasil, estão citando (quer dizer: tentando repetir) uma *versão falseada dos fatos* que culminaram na condenação de Lula, no *impeachment* de Dilma e no descrédito nacional que atingiu o PT e os partidos de esquerda – todos envolvidos na corrupção e inseridos na estratégia do Foro de São Paulo.

Em certa medida, tem dado certo. Muitos processos contra Lula foram arquivados, mas a verdade é que o ex-presidente *nunca foi inocentado* – ao contrário do que o PT vem tentando argumentar. Dizer que o fundador do Foro de São Paulo foi *inocentado* é uma autêntica *fake news*!

Essa narrativa já está sendo veiculada pela mídia espanhola – e parece ter sido a tática escolhida para alavancar o *marketing* do PT nas eleições presidenciais de outubro de 2022.

É bem provável que tudo isso seja apenas *mais um factoide*. Tudo leva a crer que Hugo *El Pollo* Carvajal não conseguirá impedir sua extradição para os Estados Unidos. Ele é uma peça-chave para que possamos entender os desfechos das próximas eleições, tanto na Europa quanto na América Latina.

Por isso, é urgente que todos fiquemos atentos às narrativas de *lawfare* a favor de Luiz Inácio Lula da Silva. Conseguindo ou não a eleição no Brasil, ele fará largo uso dessas mentiras, que já desde o início de 2022 estavam circulando na Europa.

No momento em que encerro este livro, é fato corrente que a esquerda mundial tem enorme interesse no (e trabalha pelo) retorno de Luiz Inácio Lula da Silva ao Palácio do Planalto, de onde ele poderá voltar a colaborar diretamente (com o dinheiro do contribuinte brasileiro) com o projeto espúrio de expansão do Foro de São Paulo e do comunismo.

A pergunta inadiável: o que podemos e devemos fazer para evitar a tragédia?

Sobre a autora:

Elisa Robson é jornalista e mora em Brasília com sua família. É mestre em Comunicação e Linguagem e autora de outros dois livros: “Motivation to Pray” (Motivação para orar) e “Sua Voz Importa”. Para conhecer mais o seu trabalho, siga-a nas redes sociais.

Facebook: elisarobsonddf

Instagram: @elisarobsonddf

Twitter: @elisarobsonddf

Telegram: Elisa Robson